



Proc. Adm. Nº 44/24
Folha Nº 02

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo
GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)



Requerimento Nº 181/2024

EMENTA: Requer designação de Audiência Pública a ser realizada no plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP, no dia 13 de junho de 2024, às 18:30, para tratar de assuntos diversos sobre a prestação de serviços da AVANTE SOCIAL nos CAPS, também para tratar sobre as questões da saúde pública do município de Mogi Mirim. Requer ainda que sejam convocados, os representantes a seguir: Presidente da AVANTE SOCIAL ou representante equivalente, a Senhora Secretária de Saúde Clara Carvalho, Senhora Patrícia Santon Gerente da Secretaria de Saúde, Mauro Nunes Junior Chefe de Gabinete e atual administrador da Intervenção administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e Atual Presidente da Irmandade da Santa Casa de Mogi Mirim e da Senhora Ana Lúcia Bueno Peruchi secretária de Educação.

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

Diante das altas demandas de reclamações e inúmeras manifestações de Pais e Mães de autistas e em geral da população inconformada com o mau atendimento na área da saúde. Requeremos a presente audiência pública com base no Artigo 24 notadamente. §1º da Lei ORGANICA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM-SP, estabelece o seguinte:

Artigo 24. Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

§1º O não comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à CÂMARA, sob pena de crime de responsabilidade para o funcionário convocado e para o Prefeito, conforme preceituam a Constituição e a legislação Federal.

§2º Se o Secretário ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento, nas condições mencionadas, caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, ficando o mesmo sujeito à instauração de processo, na forma da lei federal, e conseqüentemente cassação de mandato.

§3º A convocação de que trata o caput poderá recair sobre quaisquer entidades subvencionadas pelo poder público e o não comparecimento do responsável acarretará representação ao Ministério Público para as diligências devidas.

No exercício das minhas funções de vereador, bem como em prestígio ao princípio da publicidade e transparência dos atos administrativos, previstos nos artigos 5º, inciso XXXIII e artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 5º da Lei Federal nº 12.527 de 2011, solicito o exposto.

Portanto, requeiro, na forma regimental, e depois de ouvido o Douto Plenário desta Casa, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria competente, que nos preste as informações acima mencionados.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

GABINETE DO VEREADOR ORIVALDO AP. MAGALHÃES
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 14 de maio de
2024

VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)
REPUBLICANOS

VEREADOR ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR
REPUBLICANOS

VEREADORA JOELMA FRANCO DA CUNHA
NOVO

VEREADORA SÔNIA REGINA MÓDENA
PP

CINOÊ DUZO
PP

LUIS ROBERTO TAVARES
PODEMOS

ALEXANDRE CINTRA
PSDB

LÚCIA TENÓRIO
MDB



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=7U8D0TG4HT14RUR5>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 7U8D-0TG4-HT14-RUR5

ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES

Vereador

Assinado em 17/05/2024, às 10:20:13

SÔNIA REGINA RODRIGUES MÓDENA

Vereadora

Assinado em 17/05/2024, às 11:37:41

LUCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO

Vereadora - Vice-Presidente

Assinado em 17/05/2024, às 13:27:29

LUIS ROBERTO TAVARES

Vereador

Assinado em 17/05/2024, às 15:26:11

JOELMA FRANCO DA CUNHA

Vereadora

Assinado em 17/05/2024, às 15:51:02

ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR

Vereador

Assinado em 20/05/2024, às 11:16:44

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:829/2024 - 17/05/2024 - 10:20 - 7U8D-0TG4-HT14-RUR5

Assunto: **Re: retirada do nome do vereador Alexandre Cintra do requerimento 181/2024**
De: <secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br>
Para: <vereadormagalhaes@camaramogimirim.sp.gov.br>
Data: 17/05/2024 15:52



Boa tarde Caio,

Conforme solicitado, estamos excluindo o nome do Vereador Alexandre Cintra como Coautor do requerimento nº 181/2024. O nome dele não constará na listagem de autores do documento quando da confecção do Expediente, e tão somente aparecerá no documento PDF, visto ser impossível retirá-lo do arquivo. Já foi adicionada também uma observação na pasta do sistema da secretaria que se refere ao requerimento em questão.

Atenciosamente,

Wesley H. Zacariotto

Secretaria da Câmara

Em 17/05/2024 15:37, vereadormagalhaes@camaramogimirim.sp.gov.br escreveu:

Boa tarde.

Venho por meio desta solicitar a retirada do Nome do Vereador Alexandre Cintra da lista de Assinaturas digitais, no Requerimento 181/2024.

Att: Caio Menna Barreto

Assessor Parlamentar
Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães - Magalhães da Potencial
(19) 3814-1226
Câmara Municipal de Mogi-Mirim/SP.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Of. Circular CM/GP Nº 123/2024

Em 21 de maio de 2024

Ao

PRESIDENTE / REPRESENTANTE DA AVANTE SOCIAL

Prezado Senhor,

Encaminho a Vossa Senhoria, cópia do **REQUERIMENTO Nº 181/2024**, de autoria dos nobres Edis **ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES, ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR, JOELMA FRANCO DA CUNHA, SÔNIA REGINA RODRIGUES MÓDENA, CINOÊ DUZO, LUIS ROBERTO TAVARES E LÚCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 20 de maio de 2024.

Atenciosamente,

DIRCEU DA SILVA PAULINO

Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim




CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=8B73S570WE9Y3ERG>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 8B73-S570-WE9Y-3ERG



DIRCEU DA SILVA PAULINO

Vereador - Presidente

Assinado em 21/05/2024, às 15:57:18

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 8B73-S570-WE9Y-3ERG



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Of. Circular CM/GP Nº 123/2024

Em 21 de maio de 2024

Excelentíssimo Senhor
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência, cópia do **REQUERIMENTO Nº 181/2024**, de autoria dos nobres Edis **ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES, ADEMIR SOUZA FLORETTI JUNIOR, JOELMA FRANCO DA CUNHA, SÔNIA REGINA RODRIGUES MÓDENA, CINOÊ DUZO, LUIS ROBERTO TAVARES E LÚCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 20 de maio de 2024. Conforme disposto no documento, por gentileza, oficiar os respectivos representantes do Executivo Municipal:

- Secretária de Saúde:** Senhora Clara Alice Franco de Almeida Carvalho
- Gerente da Secretaria de Saúde:** Senhora Patrícia Santon
- Chefe de Gabinete e Interventor da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim:** Senhor Mauro Nunes Junior
- Secretária de Educação:** Ana Lúcia Bueno Peruchi

Atenciosamente,

DIRCEU DA SILVA PAULINO
Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=4P40S60H2C0SA1M4>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 4P40-S60H-2C0S-A1M4

DIRCEU DA SILVA PAULINO

Vereador - Presidente

Assinado em 21/05/2024, às 15:57:27

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 4P40-S60H-2C0S-A1M4



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 44/24

Folha Nº 20

ENTREGA DE DOCUMENTOS

(Ofícios dos documentos aprovados na 16ª Sessão Ordinária, do dia 20 de maio de 2024)

Nº OFÍCIO	INTERESSADO(A)	ASSINATURA
120/2024	Exmo. PREFEITO MUNICIPAL (encaminha Autógrafos)	Enviado por e-mail em: 23/05/24
121/2024	Exmo. PREFEITO MUNICIPAL (encaminha Ind. e Req.)	Enviado por e-mail em: 22/05/24
122/2024	Ao CONSELHO TUTELAR DE MOGI MIRIM	 22/05/2024
C.123/2024	Ao PRES. / REPRESENTANTE DA AVANTE SOCIAL	 23/05/24
C.123/2024	Ao PRES. / REPRESENTANTE DA AVANTE SOCIAL	Enviado por e-mail em: 22/05/24
C.123/2024	Exmo. PREFEITO MUNICIPAL (encaminha Conv. Aud. Pública)	Enviado por e-mail em: 22/05/24
C.124/2024	À Sra. SÔNIA MARIA PEREIRA DIAS (GCMF)	
C.124/2024	À Sra. ROSA APARECIDA NOLLI (GCMF)	
C.124/2024	À Sra. MÁRCIA FÁTIMA GOMES (GCMF)	
C.124/2024	À Sra. SHIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA (GCMF)	 William Meira Neri Coordenador de Gerência 25/05/24
125/2024	Aos Familiares da Sra. AMÁLIA SCUDELER DE B. SANTOS	 Janice 23/05/24
126/2024	Exmo Sr. GUILHERME DERRITE (Sec. Est. Seg. Pub)	Enviado por correio em: 22/05/24
127/2024	Ao Sr. NÉLIO ALVES DA SILVA	ENTREGUE NA CAIXA DO CORREIO 25/05/24
128/2024	Aos Familiares do Dr. RAJI REZEK AJUB	 Anaclécia 24/04/24



Assunto: **Ofício nº 123/2024 e Req. nº 181/2024**
De: <secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br>
Para: <institucional@avantesocial.org.br>
Cc: <gustavo@abccadogados.adv.br>
Data: 22/05/2024 10:31

- Of. 123 - Aud. Avante Social. Saúde.pdf (~439 KB)
- REQ 181.pdf (~1.9 MB)

Boa tarde Prezados,

Encaminhamos em anexo, o Of. Circular CM/GP nº 123/2024 e o Requerimento nº 181/2024, aprovado na 16ª Sessão Ordinária de 2024, do dia 20/05/2024, Ref.: Audiência Pública a realizar-se na Câmara Municipal de Mogi Mirim.

Por gentileza acusar recebimento.

At.te

Wesley H. Zacariotto

Secretaria da Câmara

Assunto: **Re: Of. nº 123/2024 e Req. nº 181/2024 - Ref.: Conv. Aud. Pública**
De: Regina Célia S. Bigheti <rc.sigma@gmail.com>
Para: <secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br>
Data: 22/05/2024 13:38

Boa tarde,

Recebido.

Em qua., 22 de mai. de 2024 às 13:17, <secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br> escreveu:

Bom dia Regina,

Segue em anexo o Of. nº 123/2024 e Req. nº 181/2024 - Ref.: Conv. Aud. Pública acerca do Avante Social e Saúde Municipal.

Por gentileza acusar recebimento.

At.te

Wesley H. Zacariotto

Secretaria da Câmara

--
Regina Célia S. Bigheti
Coordenadora de Secretaria
Gabinete do Prefeito
(19) 3814-1351
Prefeitura de Mogi Mirim - SP.

O resultado do que fazemos hoje
nos espera mais adiante.

(Allan Kardec)



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

CONVITE DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Art. 225, inciso IV, § 2º, do Regimento Interno e tendo em vista o Requerimento nº 181 de 2024, de autoria dos Vereadores Orivaldo Aparecido Magalhães, Ademir Souza Floretti Junior, Joelma Franco da Cunha, Sônia Regina Rodrigues Módena, Cinoê Duzo, Luis Roberto Tavares e Lúcia Maria Ferreira Tenório, fica convidada a população de Mogi Mirim a participar da **Audiência Pública** para tratar de assuntos diversos sobre: “A prestação de serviços da AVANTE SOCIAL nos CAPS, e também para tratar sobre as questões da Saúde Pública do Município de Mogi Mirim”.

Dia: 13 de junho de 2024 – Quinta-feira

Horário: 18:30

Local: Plenário da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 21 de maio de 2024.

DIRCEU DA SILVA Assinado de forma digital
por DIRCEU DA SILVA
PAULINO:265575 PAULINO:26557520822
20822 Dados: 2024.05.22
10:57:20 -03'00'

DIRCEU DA SILVA PAULINO
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo


Proc. Adm. Nº 44124
Folha Nº 34

**PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DE MOGI MIRIM,
EDIÇÃO Nº 883, SÁBADO, 25 DE MAIO DE 2024.**

Jornal Oficial

Sábado, 25 de maio de 2024 ano IX - nº 883

P05

 **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**
Estado de São Paulo

**CONVITE DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nos termos do Art. 225, inciso IV, § 2º, do Regimento Interno e tendo em vista o Requerimento nº 181 de 2024, de autoria dos Vereadores Orivaldo Aparecido Magalhães, Ademir Souza Floretti Junior, Joelma Franco da Cunha, Sônia Regina Rodrigues Módena, Cinoê Duzo, Luis Roberto Tavares e Lúcia Maria Ferreira Tenório, fica convidada a população de Mogi Mirim a participar da **Audiência Pública** para tratar de assuntos diversos sobre: "A prestação de serviços da AVANTE SOCIAL nos CAPS, e também para tratar sobre as questões da Saúde Pública do Município de Mogi Mirim".

Dia: 13 de junho de 2024 – Quinta-feira
Horário: 18h30
Local: Plenário da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 21 de maio de 2024.

DIRCEU DA SILVA PAULINO
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



Mogi Mirim, 07 de junho de 2024.

Ofício SS 289/2024

De: Secretaria de Saúde

Para: Sr. Dirceu da Silva Paulino – Vereador Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Férias Regulares

Cabe nos informar que a partir da data de 10 de junho de 2024 esta Secretária de Saúde entrará no período de férias regulares, informamos ainda que em tempo será designada pessoa para responder pela pasta desta Secretaria Municipal de Saúde, inclusive em substituição para a Audiência Pública a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, no próximo dia 13 de junho de 2024.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito o ensejo para externar protestos de estima e distinta consideração.

3
a Secretária
fazer encaminhar ao autor
do requerente e após feita a
p. administrativa

CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO

Secretária Municipal de Saúde

10/06/2024
Hermínia D. Solidário de Souza
Chefe de Gabinete

10.06
1



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Proc. Adm. Nº 44/24

Folha Nº 16

PORTARIA Nº 193/24

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR QUE ESPECIFICA.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E :-

Designar as servidoras abaixo relacionadas para substituírem a Secretária de Saúde, nos respectivos períodos, por motivo de férias regulamentares:

Substitutas	Período	
Cristina Puls	10/06/2024 a 23/06/2024	Com prejuízo da gratificação correspondente ao cargo
Lilian Krohling Martinho Coradini	24/06/2024 a 09/07/2024	Percebendo a gratificação mensal correspondente ao cargo

REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Mogi Mirim, 7 de junho de 2024.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

REGINA CÉLIA S. BIGHETI
Coordenadora de Secretaria



Ofício nº 0105/2024 – SEDUC/ADM

Mogi Mirim, 12 de junho de 2024.

Para: Câmara Municipal de Mogi Mirim

A/C: Exmo. Sr. Dirceu da Silva Paulino

Assunto: Justificativa por ausência em Audiência Pública - Licença Médica

Senhor Presidente,

Gostaríamos de expressar nossas sinceras desculpas pela ausência da Sr^a. Ana Lúcia Bueno Peruchi, na Audiência Pública, agendada nesta Casa de Leis para amanhã, dia 13 de junho. Infelizmente, devido a motivos de saúde, a Secretária da Pasta encontra-se temporariamente afastada por licença médica, conforme atestado médico, em cópia.


Entendemos plenamente que a pauta a ser discutida na Audiência é de extrema relevância para nossa comunidade e reconhecemos a importância da presença de nossa Secretária. Porém, neste momento, sua saúde requer cuidados prioritários, e sua ausência é inevitável.

Para garantir que os assuntos em discussão serão adequadamente representados, a Secretaria de Educação será por mim representada, que interinamente respondo pela pasta, mediante Portaria nº 194/24, também em anexo.

A Sr^a. Edina Valéria Ferreira de Lima, Coordenadora de Gerência que atua junto ao CEMAAE "Rachel Ramazzini Mariotoni", possui profundo conhecimento sobre o tema em questão e me acompanhará, podendo esclarecer alguma dúvida pontual, caso se faça necessário.

Pedimos a compreensão de Vossa Excelência, bem como dos demais edis que propuseram tal momento de reflexão, para que compreendam o motivo de tal ausência, ao tempo em que reiteramos nosso compromisso com a transparência e a participação democrática.

Cordialmente,



Profª Célia Ataíde
Secretária de Educação Interina

Recebido em 12/06/24

às 16hs2


Adriana T. de Oliveira Peña
Assessoria Técnica Presidência

*em secretaria
favor encaminhar ao
autor do requerimento*

13/06/24



www.unimedbxm.coop.br
 Avenida Mogi Mirim, nº 2679 -
 13844-115 Jd. Guaçu Mirim,
 Mogi Guaçu - SP
 T. (19) 3831-9700
 F. (19) 3831-9759
 E-mail: unimed@unimedbxm.coop.br

Folha N° 18

ANS - nº 311847

ATESTADO MÉDICO

Atesto a pedido, que o Sr. Ana Lucia Bueno Peruchi
 _____ idade e portador do RG nº _____, está impedido de
 exercer seu trabalho, solicitando:

- (|) Afastamento do trabalho por _____ horas
 (|) Afastamento do trabalho por um (01) dia
 (X) Afastamento do trabalho pelo período de 13 dias (menos de 15 dias), a
 partir de 10.06.2024
 (|) Afastamento do trabalho por mais de 15 (quinze) dias, a partir de _____
 (|) Encaminhamento à Perícia do INSS

em decorrência de:

- (|) Consulta Médica
 (|) Tratamento Médico
 (X) Tratamento Cirúrgico
 (|) Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica
 (|) Acompanhamento Familiar

092 0 0 000052-5
 Nome Dr. Flávio A. Hoffmann
 CRM Oftalmologista
 CPF CRM-SP 32.433
 Endereço

Eu, abaixo assinado, _____, autorizo o
 médico a declarar nominalmente, ou através do CID, meu diagnóstico, liberando-o
 portanto da guarda do sigilo profissional.

Assinatura do Paciente

Data: 10/06/2024DIAG./CID H25.0 / Z54.0



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

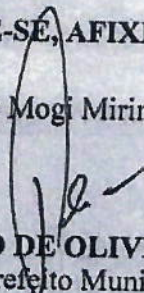
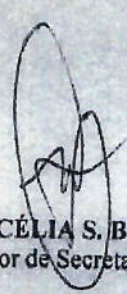
ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PORTARIA Nº 194/24**DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR QUE ESPECIFICA.****DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais,**RESOLVE:-**

Nomear a senhora **CÉLIA ATAIDE** para substituir a titular **ANA LUCIA BUENO PERUCHI**, no cargo em comissão de Secretária de Educação, no período de 10 a 23 de junho de 2024, por motivo de saúde, percebendo a gratificação correspondente à substituição.

REGISTRE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Mogi Mirim, 10 de junho de 2024.


DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal
REGINA CÉLIA S. BIGHETI
Coordenador de Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

LISTA DE PRESENCIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO REQUERIMENTO Nº 181/2024, PARA TRATAR DE “ASSUNTOS DIVERSOS SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA AVANTE SOCIAL NOS CAPS, TAMBÉM PARA TRATAR SOBRE AS QUESTÕES DA SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM”.

No dia 13 de junho de 2024, às 18:30, na Sala das Sessões “Vereador Santo Róttoli”, da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalada no pavimento superior do Edifício do Paço Municipal, deu-se Audiência Pública, referente ao Requerimento nº 181/2024, aprovado em Sessão Ordinária no dia 20 de maio de 2024, com a finalidade de ampla discussão e debate junto à sociedade mogimiriana acerca da prestação de serviços da Avante Social nos CAPS e questões da saúde pública do município.

Deu-se ainda, o envio de convite aos segmentos de classe, representantes da área e a imprensa. Foram feitas, também, divulgações em redes sociais e via “WhatsApp”. Abertos os trabalhos, eis que se encontravam presentes:

NOME.	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Valéria Abade	22.795.317-6	Professora	19-982365522	
Alessandra Schiavini	25.142.799-6	Professora	19-991142148	



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Miguel Moraes	19.267.680	Aposentado	999331143	
José Gomes Perki	40.883.370-7	Out. de Imprensa	901866408	
Amárcia Augusta		Balza	991588258	
Ciríaco Luis	24560072-3	benfiteir	999521181	
Antônio de Fátima	32035730-2	gerente A.S.	981561358	
Paulo H. Reis	33130207-1	ADMINISTRADOR	(19) 901417133	
Maria Doris	16.122.576-7	Professora	(01) 90741.0981	
Marcia Lechinato	41205406-2	Do lar	(19) 905817032	
Diogo Medeiros Fonso	34.539.055-6	Enfermeira	(11) 91945.9749	
Luiza Cristiane	43247341-1	Jeg. de enfermagem	(09) 988873388	
José Carlos Paiva	10.864633	Psicólogo	(19) 999946140	
Edmo V. de Lima	18080.669	Professora	(19) 996447342	
Luiz C. Cambargo	13.644.942-6	ADVOGADO	(19) 99877-9260	
AGUIAR ETECINA	18034725-1	SECRETARIA	19 937131786	

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo



NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Rodrigo M. Kerend.	28425617-1	Servidor Público	995322714	<i>[Handwritten Signature]</i>
Roberto Francisco Gomes	46379832-8	Professor	993422788	<i>[Handwritten Signature]</i>
Graziela Araújo	47.516.963-3	Assistente Social	99838-2804	<i>[Handwritten Signature]</i>
Ronaldo Michalek	3269543	Aperenteado	99613 3990	<i>[Handwritten Signature]</i>
André Michalek	4438415	Aperenteado	99613 3997	<i>[Handwritten Signature]</i>
Adrieli Marinho	17089008-9	Docente APAE	994131249	<i>[Handwritten Signature]</i>
Angélica Augusta	46910886879	balconista	19999356189	<i>[Handwritten Signature]</i>
Patrícia S. Franca	20286908	Assistente Social	99997843115	<i>[Handwritten Signature]</i>
Gilberto A. Lagares	5410358	MÉDICO	19996481778	<i>[Handwritten Signature]</i>
Lejzica G. Comengo	39.328.836-5	Pedagoga	1999879.9038	<i>[Handwritten Signature]</i>
Dalvina Ap. Carvalho	45.595.578-5	De Lar	19989654930	<i>[Handwritten Signature]</i>
Valdira Nelyne	16970018-5	SUPERVISOR	19993638586	<i>[Handwritten Signature]</i>
Lucas S. Regedman	60878.742-5	Arquiteto e Urb.	19996379888	<i>[Handwritten Signature]</i>
Suelson A. R. Franca	449.348.858M	Aux. Adm.	19989373447	<i>[Handwritten Signature]</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Marcelina da Cunha Regedini	18.831703-7	Artesã	19 991460379	<i>Marcelina Regedini</i>
Cristina Constantino	26.881982-8	Ats. Social	19 983699638	<i>Cristina</i>
Rafael R. Coque	26.661.075-9	enfermeiro	19 998070433	<i>Rafael Coque</i>
Alexandre A. Simões	32035202-x	Enfermeiro	19996398799	<i>Alexandre</i>
Elisangela S. Akge	33.408922	Enfermeira	19093418934	<i>Elisangela S. Akge</i>
Rafael F. Akge	243249573	ADVOGADO	19996183383	<i>Rafael F. Akge</i>
Evelin Vasconcelos	41.738.296-0	tec. Enferm.	99778.8144	<i>Evelin</i>
Ana Carolina Zanich	40928684-3	ASSISTENTE SOCIAL	992730103	<i>Ana Carolina</i>
Eliana Bellini	20538233-4	Assist. Social	99721.5797	<i>Eliana Bellini</i>
Denise Akge	26848139-8	<i>Ats. Social</i>	982033983	<i>Denise Akge</i>
Luizmarie M. Silva	21781.067-6	Assist. Administr.	99924.3662	<i>Luizmarie M. Silva</i>
Caroline L. A. B. Kanitz	28.707.275-7	Assist. Social	998418910	<i>Caroline L. A. B. Kanitz</i>
Denise Coque	23.380.432-8	Psicóloga	981461213	<i>Denise Coque</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

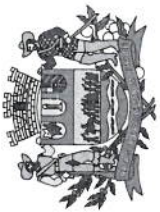
NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Reinilda M. de Jesus	40920154	Coordenadora administrativa	992970417	
Lamirius S. Azevedo	46.817.368-7	Assistente Social	97143-8142	
Simara Flávia	41.339.3860	Psicóloga	99874-7063	
Fumê de Guita	3039738-1	Coordenadora	991699231	
Maryana S. Josten	475.048.708-16	Coordenadora	99213-5327	
Marcelo Contador	41.3513504	Psicólogo	97412-9965	
Julia Maria Lima	31679642 X	Coordenadora	996613905	
Maria Leon S. Lima	17926990-2	Contadora ^{privada} A.P.	19992302781	
Adelaine T. G. Rebelo	19.251.735-1	Dieta Exata	19981880092	
Elizandra Kchetie	168014051	D. de casa	992188757	
Anna Espolinha A. C. Furlaneto	30.613.113-6	Atividade	(19) 994033264	
Marzo L. Antunes	21.354.462-2	Assist. Social	(19) 99765-7757	
Thelley Rodrigues Cavaliotti Toledo Alves	561778960	Psicóloga	19989032781	



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Colares Aguiar	39.176697	PENSIONISTA		Colares Aguiar
Luens Rodrigues	563860819	11 de Expediente	19971620582	[Signature]
Revelles	TX4677406	ADM	19996184794	[Signature]
Chane T. B. Ribeiro	26.283.0978	Psicóloga	19995446167	[Signature]
Solange Amoin	28643470-2	Enfermeira	19998033718	[Signature]
Vanessa Alves	21823306-X	Educação	19997926958	[Signature]
Jose Curitiba	46073658-9		19999754781	[Signature]
Christiana MR. Formighi	MG 9.032.898	neuropsicopedagoga	19994088802	[Signature]
Olívia Rodrigues	40.929.556-8	Pedagoga	19987155123	[Signature]
Francisco Mendes	25216.296-1		199983553120	[Signature]
MARCELO PAVANIN	32.535715-3	Func. Público	19995610003	[Signature]
Leandro Pavanin	7996239	Procurador	991183113	[Signature]
Ediane D. P. Bonadon	27652954-6	Análise de RH	999088515	[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Dulce Ag. Silvio	43.072885-2	Educadora Social	19-9-88-28-5536	
Francismary Bmore	33.798439-6		19.998415149	
Edvardo P. Navarro	20642763-3		19.9832-3527	
Kimeth	42328178			
Larriana Orrego	28749426-3	Coordenadora	19.997537627	
Carlos Roberto C. Chao	10.677.197	Assessor de Comunicação	19.997724006	
Soma Mochini	23958131-	Vereadora	19.983529227	
John Roberto	27.007.688-5	Engenheiro	11.9797-9685	
Márcio (povo de botim)	56.163.394-0	Assessor de Comunicação	19.99751-7750	
Leandro de Talde Furlan	17088943-9	Assessor de Comunicação	19982729935	
Edmundo C. B. B. B.	17762859-4	u	19998817526	
Guilherme P. P.	478894710	ASSessor PARL	19974048051	



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
 Estado de São Paulo

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Vanusa C. Mello	56755030	Sec. de Enf.	19 994407383	<i>Vanusa C. Mello</i>
Karoline Mendes	58934633-7	Educativa	19 99118-4745	<i>Karoline Mendes</i>
Fátima Aparelino	8.591053-3	ADM. EMPR	19 99278-5281	<i>Fátima Aparelino</i>
José Orlando M. Costa	37.5119966	Psicólogo	19 99483-2911	<i>José Orlando M. Costa</i>
Edna T. Ferreira	8470041-5	A Social	997036714	<i>Edna T. Ferreira</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
CAPS E SAÚDE PÚBLICA

13/06/2024

PRESIDENTE VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES

MOGI MIRIM
2024



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Boa noite a todos. Nós estamos só aguardando o pessoal que está lá embaixo assinando a lista de presença lá. Assim que todo mundo subir a gente começa a audiência pública da saúde.

Pessoal, vai atrasar mais um pouquinho porque o pessoal tá fazendo um cadastro na entrada lá, né e pelo que me parece tem bastante pessoas aí para audiência pública tá, então peço um pouquinho de paciência para vocês.

Eu gostaria de pedir para que as pessoas que foram convocadas através do requerimento número 181/2024 e que foram designadas pelo poder executivo para estar presente hoje aqui para prestar esclarecimentos adentrasse ao plenário por gentileza, vamos adiantando o caminho pessoal.

Se os senhores imaginarem, a coisa é bem interessante, em um dia que tem uma audiência pública da saúde nessa casa que é de conhecimento de toda a sociedade mogimiriano, de todo o povo de Mogi Mirim, nós temos só uma funcionária lá na recepção para fazer o cadastro das pessoas que vão adentrar aqui nessa casa, toda a presidência da câmara municipal sabendo disso deixa só uma pessoa lá embaixo para cadastrar todo mundo, é lamentável, os senhores me desculpem realmente viu, tá, me desculpem mesmo. Isso parece um retardamento da audiência pública intencional.

Vereador Luiz Roberto Tavares: Alô, som, testando.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Boa noite a todos, é com grande satisfação que eu tenho a honra de receber todos nesta casa legislativa de Mogi Mirim para essa audiência pública conforme requerimento número 181 de 2024. Requerimento número 181 de 2024, assunto ementa: requer designação de audiência pública a ser realizada no plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim no dia 13 de maio de junho de 2024, às 18 horas e 30 minutos para tratar de assuntos diversos sobre a prestação de serviços da Avante Social no CAPS, também para tratar sobre questões da saúde pública no município de Mogi Mirim. Requer ainda que sejam convocados os representantes a seguir: presidente da Avante Social ou representante equivalente, a senhora secretária de saúde Clara Carvalho, senhora Patricia Santon, gerente de Secretaria de Saúde, senhor Mauro Nunes Junior chef de gabinete e atual administrador da intervenção administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e o atual presidente da irmandade ou aqui tava errado é o senhor provedor da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Santa Casa o senhor Milton Bonatti de Mogi Mirim, a senhora Lucia Bueno Peruchi Secretária de Educação, esse requerimento foi de autoria do vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, vereador Ademir Souza Floretti Jr, vereador Cinoê Duzo, vereadora Joelma Franco da Cunha, Luis Roberto Tavares, vereador Luís Roberto Tavares, vereadora Lucia Maria Ferreira Tenório e a nossa querida vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena. A motivação da audiência pública de hoje, a presente audiência pública foi constituída em função da alta demanda pontuada pelos munícipes de Mogi Mirim devido a insatisfação no atendimento na saúde. Conforme requerimento acima, conforme eu for lendo aqui por gentileza vai mudando aí tá? Conforme requerimento acima foram convocados os seguintes secretários: Secretária de Educação Ana Lucia Bueno Peruchi que apresentou atestado médico Unimed informando não poder comparecer em função de estar com o atestado médico datado de 10 de junho de 2024, afastamento por treze dias para tratamento cirúrgico. A senhora Secretária de Saúde Clara Alice Franco de Almeida Carvalho apresentou a justificativa que não poderia comparecer tendo em vista que se encontra em período de gozo de férias desde 10 de junho de 2024, sendo designada como representante interino a senhora Edna Valéria Ferreira de Lima, coordenadora e gerência ... O requerimento do prefeito, a portaria que ele assina, alterando nomeando secretários interino, a senhora gerente da Secretaria de Saúde Patricia Santon até a atual data não tinha nos comunicado na câmara que viria, mas ela está presente pelo que eu estou percebendo. A chefe de gabinete, o senhor chefe de gabinete atual administrador da intervenção administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, Mauro Nunes Junior não confirmou também, mas eu constatei que está presente aqui. Obrigado Secretário e chefe de gabinete. O senhor provedor da Santa Casa de Mogi Mirim não está presente e está em viagem pelo que estou sabendo fui informado a pouco pelo Interventor da Santa Casa. Bom, eu queria também agradecer a presença, eu vou falando o nome aqui porque a coisa foi muito corrida teve esse embargo lá na entrada lá, agradecer a Secretária de Assistência Social, a Senhora Cristina Pulz de ter comparecido, a gerente de Assistencial Social Cristina, Cíntia Fantagucci, a Secretaria de Educação Interina Célia Ataíde, a coordenadora do CEMAE Edna Valéria Ferreira de Lima, o Interventor como eu falei aqui, o senhor Mauro Nunes Jr, a representante da APAE, a senhora Roseli está presente? Por gentileza a senhora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pode adentrar ao plenário por gentileza se quiser. Queria agradecer a presença da minha amiga aqui a vereadora Sonia Módena da minha colega também amiga doutora vereadora Lucia Tenório, da vereadora amiga também Joelma Franco, do vereador Ademir Floretti Junior, do nosso querido vereador professor Cinoê Duzo "gazadeus", do vereador Luís Roberto Tavares da Secretaria de Assistência Social Denise Helena Campos, da Secretária de Assistência Social também Eliana Bellini que está aqui presente hoje, o assessor Renan Neves representando, mas o vereador está aqui presente, mas é um prazer Renan ter você aqui nessa casa hoje, né? Eu gostaria que o representante da Avante acionasse o microfone e falasse o seu nome completo por gentileza.

Representante Paulo Henrique Régis: Oi, eu me chamo Paulo Henrique Régis.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim, obrigado senhor Paulo pela presença. Eu gostaria também de pedir para que o representante do Conselho Municipal de Assistência Social, a senhora Denise Helena Campos também... está presente? Se quiser adentrar ao plenário, seja bem vinda. Por gentileza... Também informar a presença aqui da senhora enfermeira Patrícia Coggi, o presidente do Conselho dos Direitos da Mulher a presidente do Conselho dos Direitos da Mulher, a senhora Rosa Maria Silva, dona Rosa quiser adentrar ao plenário seja bem vinda. O senhor, o representante ou a representante da associação dos portadores e deficiência, a senhora Maria Teresa Simão está presente? A senhora seja bem vinda querendo adentrar, ok? A representante do Conselho de Saúde Miguel Moraes, senhor Miguel Moraes está presente? Fica a vontade do Miguel caso o senhor queira adentrar ao plenário. O nosso, ressaltar aqui a presença do nosso ex-vereador e presidente dessa casa, Manoel Palomino, seja bem-vindo, Palomino. Obrigado

Alguém que eu não mencionei, gostaria de ressaltar também a presença e a chegada do nosso querido vereador aqui muito atuante em Mogi Mirim, Marcos Gaúcho, seja bem-vindo Marcos a essa audiência pública.

Bom, feitas as apresentações, se eu esqueci de informar alguma pessoa eu peço por gentileza que me informe aqui, eu falo o nome da pessoa. Eu começo essa audiência pública da seguinte forma, dizendo o seguinte, qual é a função de um interventor? A função de um interventor é acompanhar e analisar relatórios, finanças da instituição que está em recuperação, no nosso caso aqui é a nossa querida e amada e o único



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

hospital que nós temos: Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, hospital público. Então as questões que eu passo a elaborar agora e faço as perguntas inicialmente é sobre a Santa Casa de Misericórdia. A posteriori nós entraremos em outras questões dos CAPS. Eu quero direcionar as perguntas ao senhor secretário chefe de gabinete interventor da Santa Casa nomeado a partir do momento que o Instituto Nacional de Ciências e Saúde foi retirado da Santa Casa. Diante de enormes evidências e suspeitas de crimes contra os SUS, conforme matéria que nós apresentaremos aqui ao final dessa audiência. Senhor interventor da Santa Casa, eu gostaria que o senhor me desse uma resposta, o município tem contrato apenas com a Santa Casa ou também tem contrato de prestação de serviço com outros prestadores de serviço que prestam serviços dentro da Santa Casa?

Mauro Nunes Jr.: Boa noite a todos, na verdade Magalhães nós temos como se fala "contrato", nós temos convênio, o município tem convênios com a Santa Casa. A Santa Casa tem contratos com outras pessoas jurídicas, ou seja, fornecedores, prestadores de serviço, então existem as duas situações que você questionou.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim, quem está no comando, quem está comandando o corpo clínico hoje da Santa Casa? E quantos médicos compõem o corpo clínico vinculado a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim?

Mauro Nunes Jr.: A Santa Casa, o corpo clínico ou o diretor clínico que vocês questionam nós não temos hoje porque ele pediu demissão, ele pediu demissão, se vocês quiserem eu posso até deixar com vocês, ele pediu para sair, então a Santa Casa hoje ela tem setores com responsáveis que prestam o serviço e presta conta para o administrador da Santa Casa. Na verdade, hoje a Santa Casa tem três pessoas chaves que é o interventor, na minha pessoa, a minha colega Patrícia e o administrador que é o Daniel, então todos esses contratos passam pela gente, quem assina esse contrato sou eu como interventor.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim. Quais e quantos profissionais trabalham na Santa Casa sob contratação de terceiros que não seja nem da Santa Casa e nem do município de Mogi Mirim?

Mauro Nunes Jr.: Olha, na Santa Casa nós temos funcionários CLT aproximadamente 580? Ele muda dependendo da semana tal, mas aproximadamente CLT 580. Isso funcionários da Santa Casa, nós temos empresas que são específicas que são



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

específicas e que gerenciam setores, essa empresa é contratada e os médicos são contratados por ela. Então vem a nota fiscal com todos os nomes dos médicos, todos os horários a gente tem a folha de presença, a gente confere tudo, paga a empresa que é uma pessoa jurídica, ou seja, eles não são funcionários, são prestadores de serviço, geralmente é um médico ele é o responsável pelo grupo e ele faz o pagamento dos médicos então.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Tá, O senhor disse para nós aqui que hoje a Santa Casa está sob sua coordenação como administrador, como interventor, a senhora Patrícia Santon e quem mais?

Mauro Nunes Jr.: E o Daniel, que é o administrador.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: o senhor Daniel o que que ele é?

Mauro Nunes Jr.: Administrador da Santa Casa.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Mas ele é médico?

Mauro Nunes: Não, ele é administrador.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: É administrador.

Mauro Nunes Jr.: Ele foi secretário de saúde em outra cidade, tem uma vasta experiência na administração pública.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: É Daniel do que, o senhor sabe o nome dele? Completo.

Mauro Nunes Jr.: É Daniel Fluguio, não é família daqui.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Daniel Fluguer?

Mauro Nunes Jr.: Fluguio

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Fluguio? Tá.

Mauro Nunes Jr.: Depois eu passo os nomes direitinho para vocês

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ok. Hoje seria possível o senhor afirmar que a Santa Casa não possui profissionais suficientes para a prestação de serviços contratados notadamente se excluídos os trabalhadores que não detêm nenhuma espécie de vínculo com Mogi Mirim?

Mauro Nunes Jr.: Eu contrato profissional. Para mim não importa se ele é de Mogi Mirim se ele é de Mogi Guaçu.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Mas a pergunta que eu estou fazendo só para elucidar com o senhor, se tudo que está terceirizado hoje dentro da Santa Casa saísse, a Santa Casa teria condição de tocar sozinha com os funcionários que tem?

Mauro Nunes Jr.: Sem dúvida, claro, se sair saiu uma equipe inteira a gente contrata a outra equipe, isso já aconteceu.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Essa contratação vocês conseguiriam fazer em quanto tempo?

Mauro Nunes Jr.: Olha a contratação até que foi rápida né? Não temos grandes problemas

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Se a empresa terceirizada ou a Santa Casa romperem seu contrato, eu fiz a pergunta aí, vocês vão conseguir contratar esses profissionais, o senhor tem certeza dessa afirmação? Que o senhor tá fazendo?

Mauro Nunes Jr.: Tenho certeza, nós já fizemos isso

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Porque nós temos uma empresa que assumiu o contrato aí há mais de 7 meses e até agora ela não conseguiu lotar todos os profissionais que eram devidos para prestar o serviço para a cidade.

Mauro Nunes Jr.: Precisamos saber qual é a empresa então.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Vamos falar. Como interventor, como e por que foi permitido a terceirização de serviços antes da finalizada, de ser finalizada a intervenção ante os riscos apresentados quando foi decretada a intervenção?

Mauro Nunes Jr.: Cada um tem um jeito de administrar. A Santa Casa é uma pessoa jurídica de direito privado que foi separado pelo juiz onde a irmandade da Santa Casa administra parte privada que hoje está parado. A empresa que o senhor citou lá no começo que é de Sorocaba tem vínculo com a irmandade e com a parte privada e a parte pública são recursos públicos que fazem a máquina funcionar. Essa máquina é composta dos funcionários de carreira e também empresas que prestam serviço geralmente na área médica e tem fornecedores, que tem muitos, inclusive agora nós estamos com muitos desses fornecedores perguntam para a gente "vocês vão continuar na Santa Casa?". Eu disse que sim, que existia um decreto até 31 de dezembro, aí eles disseram o seguinte, aconteceu ontem "então nós vamos fornecer para vocês".

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Quem era o interventor no momento que a Santa Casa, se foi a Santa Casa, quem era o interventor que presenciou a assinatura ou que sabia, tinha conhecimento da assinatura do contrato de prestação de serviço, se foi do Instituto Nacional de Ciências de Saúde com a Santa Casa para prestar o serviço lá dentro?

Mauro Nunes Jr.: É um colega de Mogi Guaçu, cujo nome é DeCarli. Ele foi administrador...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: O senhor poderia mencionar o nome completo dessa pessoa nessa noite?

Mauro Nunes Jr.: É que a gente sempre chama ele de DeCarli, mas eu passo para você. Não tem problema nenhum, o contrato dele.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim outra pergunta. Quais medidas efetivas entende que pode tomar em face da empresa contratada pela Santa Casa, uma vez que alega que não há contrato que regula a relação entre as partes. O que eu quero dizer? A doctor medical fez um contrato com a Santa Casa?

Mauro Nunes Jr.: 3

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: O senhor como interventor autorizou?

Mauro Nunes Jr.: SIM

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: O senhor assinou também?

Mauro Nunes Jr.: Assinei também.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim, quais os fatos que em tese não permitem que seja finalizada a intervenção da Santa Casa? Porque não foi cumprido prazo da sentença judicial para a finalização da intervenção em um ano.

Mauro Nunes Jr.: Um minutinho só, Magalhães. Magalhães eu vou ler pra você o pedido da Santa Casa. "A irmandade de Santa Casa de Misericórdia em Mogi Mirim, pessoa jurídica de direito privado, entidade beneficente e filantrópica sem fins lucrativos e de relevância pública e social na área de saúde inscrito no CNPJ, número tal, com sede na rua Maestro Azevedo 124 centro município de Mogi Mirim, na Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, CEP tal, email tal, representada aqui conforme sua previsão estatutária pela sua atual provedor Milton Braz Bonatti, que é o atual provedor hoje, serve-se da presente para expor e requerer o quanto segue. Nos termos do Decreto Municipal 9.217 de 27 de março de 2024, no dia 29 de junho



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2024 findará a requisição, intervenção administrativa do Poder Executivo junto a Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. No entanto é se disso que ainda há matérias administrativas e operacionais pendentes as quais sem maiores justificativas devem ser resolvidas através de cooperação mútua entre esta instituição e a equipe de intervenção municipal. Desta feita, sugerimos que seja a prorrogada a intervenção administrativa em 29 de 06 de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024 e que esse período seja utilizado para finalizar a transição entre atual gestão, intervenção e a administração direta pela Irmandade ficando desde já estabelecido que a prorrogação da requisição intervenção administrativa se limitará aos serviços sus podendo assim que possível a Irmandade retomar o seu serviço particulares, Mogi Mirim 22 de maio de 24 Milton Braz Bonatti. A solicitação foi deles.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim o senhor como interventor acompanhou a contratação então dessa doctor medical?

Mauro Nunes Jr.: Sim

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: O senhor sabe por que motivo ela saiu?

Mauro Nunes Jr.: Magalhães esse é um assunto até interessante porque quando a gente vai contratar médicos para a Santa Casa e a Doctor Medical era uma empresa que estava contratando, esses profissionais que gostariam de prestar esse serviço na Santa Casa, eles são interpelados, são ameaçados por outros médicos, inclusive alguns que lá passaram, para que eles não aceitem trabalhar para a Santa Casa. Olha só a gravidade do negócio, é por trás, trabalham assim, mas a gente não tem problema com isso, a gente acaba montando uma outra equipe, eles queiram ou não queiram. Então são pessoas que a gente acha que tem interesse positivo na Santa Casa, de ajudar uma entidade, porque entidade é de todos nós como você disse, não, trabalham contra, e não é a primeira vez Magalhães não é a primeira vez que fazem isso.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim, secretário, num momento oportuno outros colegas que fazem parte da composição do requerimento, estará conversando contigo também sobre esse assunto, tá?

Mauro Nunes Jr.: Estão convidados a irem na Santa Casa.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Quais as medidas foram tomadas no curso de todo o mandato da atual administração que se refere a correção dos fatos que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

levaram ao pedido da intervenção? O que justifica as medidas necessárias em três anos e seis meses para toda essa prorrogação?

Mauro Nunes Jr.: Na verdade, começa lá com a intervenção administrativa, não é a judicial que nós entramos e começamos a fazer o trabalho e reorganizar a Santa Casa, então esse foi o primeiro ato. Nós estamos investindo na Santa Casa, não sei se vocês sabem, mas toda a parte elétrica da Santa Casa está sendo trocada, quando nós entramos e fomos ver o nome justifica é uma Santa Casa que já era para ter pegado o fogo faz tempo. Agora nessa semana estamos acabando de fazer a neonatal, e tem outros setores vamos dizer menos importantes, nós atacamos os mais importantes UTI, centro cirúrgico começamos ali está certo?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Quero pedir que tudo que for discutido aqui a gente tem que ser meio objetivo para andar com o negócio aqui porque, responder realmente à pergunta não se estender em outros assuntos?

Mauro Nunes Jr.: Eu estou justificando só, então tem investimentos lá dentro, o PSC, obrigado, o PSC que é o pronto-socorro foi...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Secretário, a pergunta foi por que houve necessidade? Então o senhor já falou, a gente já está registrado na ATA inclusive que depois vocês poderão ter acesso.

Mauro Nunes Jr.: Tá bom.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Uma pergunta, se a empresa terceirizada que presta efetivamente o serviço do contrato junto a Santa Casa, com tudo sob intervenção não estaria sendo utilizada a Santa Casa como uma testa de ferro para a contratação indireta de empresas terceirizadas sem seguir os ditames da administração pública quanto a licitação ou chamamento notadamente o princípio da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência pelo fato de ela estar em intervenção ainda?

Mauro Nunes Jr.: Não

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Tudo que fosse contratado?

Mauro Nunes Jr.: Não

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Não seria...

Mauro Nunes Jr.: Quem falou isso aqui desconhece. Eu sei quem falou e essa pessoa desconhece



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Não seria... Não seria por exemplo qualquer negócio que fosse feito no atual momento de intervenção, não deveria ser feito uma publicidade para que tudo que é, tudo que tem investimento de dinheiro público a população, qualquer pessoa do meio da... qualquer popular qualquer pessoa tem direito à informação tem direito a ter informação. Não seria até por uma questão de segurança importante informar o poder legislativo da cidade de Mogi Mirim de todos os passos que estão sendo tomados?

Mauro Nunes Jr.: Começando então, pessoa jurídica de direito privado tem necessidade de fazer licitação?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Não estou falando isso estou falando... da intervenção.

Mauro Nunes Jr.: Não, foi o começo do seu questionamento, da intervenção. É isso, lá é uma pessoa jurídica de direito privado, não precisa fazer licitação. A pessoa que falou isso aqui está totalmente enganada e desconhece.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Recebendo dinheiro público? Mesmo recebendo dinheiro público?

Mauro Nunes Jr.: Não tem problema não, a gente presta contas.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Mesmo diante de tudo que pesa contra a instituição em função dos rombos que tiveram lá dentro?

Mauro Nunes Jr.: Tudo que pesa. Nós prestamos conta ao SUS, nós prestamos contas ao Tribunal, eu tenho até relatórios aqui para mostrar para vocês, é tudo às claras, todo vereador que vai na Santa Casa, eu acolho, Cinoê, né? Cinoê foi um que foi lá. Gebê...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ô pessoal, eu vou pedir para que as pessoas não se pronunciem porque está sendo feito uma gravação da ata na íntegra, que isso é um documento que pode ser utilizado a posteriori tá? Então eu pediria que as pessoas não, desculpa eu não estou sendo arrogante, é que eu tenho que obedecer a lei e os ditames do regimento interno da casa e da lei orgânica do município, ok?

Mauro Nunes Jr.: Vários vereadores estiveram lá e foram muito bem recebidos e tudo lá é aberto, o que vocês quiserem, é só fazer o requerimento, a gente manda para vocês, é...

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim, secretário, eu agradeço muito o senhor, mas se vocês puderem se antecipar e prestar espontaneamente a informação para a população, a gente agradece muito.

Mauro Nunes Jr.: Ok

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Mais uma pergunta, como a intervenção garante o recebimento de valores por essas empresas terceirizadas sem prejudicar os demais credores da Santa Casa?

Mauro Nunes Jr.: Ué, eles são prestadores de serviço, prestam serviço a Santa Casa, nós recebemos o dinheiro do SUS e fazemos o pagamento deles.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Direto para eles ou para a Santa Casa?

Mauro Nunes Jr.: Eles emitem uma nota fiscal, o repasse vem da saúde, passa pela Santa Casa que o repasse é para a Santa Casa e a Santa Casa efetua o pagamento das notas fiscais dos fornecedores, prestadores de serviço folha de pagamento e tudo mais.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ok. Qual o caminho do dinheiro público, em que contas são pagos os valores devidos da Santa Casa? Quem controla a execução contratual e as glosas eventuais?

Mauro Nunes Jr.: Todas as contas da Santa Casa e amanhã é dia de eu abrir mais 4 estão centralizados no Banco do Brasil ok?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim

Mauro Nunes Jr.: quem faz as glosas? Todas as despesas da Santa Casa passam pela Secretária de Saúde ela que olha documento por documento e se tiver que fazer glosa, faz, é necessário, porque o tribunal de contas vai olhar toda essa documentação e vai ver se tem problema ou não e faz seus apontamentos.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim. Além de valores repassados da Santa Casa há valores repassados diretamente a terceiros então?

Mauro Nunes Jr.: Não, tudo passa pela Santa Casa, todo dinheiro sus vai para conta da Santa Casa, são contas específicas para pagar folha de pagamento, para pagar fornecedores, para pagar os médicos, são contas específicas que recebem o dinheiro da prefeitura, que é o dinheiro das contas SUS e a gente faz o pagamento.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim. A empresa terceirizada ou terceirizadas é reconhecida legalmente pelo município como sucessora da Santa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Casa? ela pode responder aos demais credores da Santa Casa, a exemplo Instituto Nacional de Ciência Saúde, Doctor Medical?

Mauro Nunes Jr.: A Doctor Medical ela presta serviço para a gente, como é que ela vai ser sucessora? Jamais vai ser sucessora.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A Doctor Medical presta serviço diretamente para o município?

Mauro Nunes Jr.: Para o município não, para a Santa Casa, a relação é Santa Casa-Empresa, a empresa presta serviço para a Santa Casa e é feito o pagamento. Como é que ela vai ser sucessora?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ok. O senhor tem conhecimento que a polícia federal esteve no município de Mogi Mirim, foi até a Santa Casa, ao departamento de saúde e a residência?

Mauro Nunes Jr.: Tenho o conhecimento que foi numa residência num condomínio, não esteve na Santa Casa e nem na Secretaria de Saúde.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ok. É uma pergunta que eu já fiz várias vezes e não me deram a resposta até o presente momento. Por que que a unidade Neonatal da Santa Casa de Mogi Mirim foi fechada em outubro de 2023? E logo após a nossa querida vereadora, doutora Lúcia Tenório fazer uma fala aqui nesta casa eu e mais um outro vereador, acho que foi vereadora Sonia Módena, vocês logo em seguida a nossa fala aqui vocês fizeram em fevereiro a reabertura ou em março, se não me engano, início de março vocês fizeram a reabertura toque de caixa da unidade neonatal. Por que ela foi fechada, senhor inventor?

Mauro Nunes Jr.: Quando fala toque de caixa eu até assusto porque existe um procedimento. O problema aconteceu na outra, vamos dizer assim, na intervenção, mas na administração do outro interventor. O problema foi daquele interventor com a neonatal. O que os médicos fizeram? Eles foram lá e simplesmente abandonaram. Cabe a Santa Casa fazer o quê? Ação nos médicos para que eles voltassem e eles ficaram protelando para dar até que o juiz mandou voltar. Quando eles mandaram eles voltar a gente já estava correndo atrás de uma outra empresa para assumir a neonatal. Aí nós não quisemos eles mais e abrimos a neonatal, agora se a doutora fez esse questionamento, pode ter coincido na época, mas o processo já vinha vindo. Não foi o fato...



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Por que os médicos saíram em debandada como o senhor falou?

Mauro Nunes Jr.: Então aí é que tá, houve um problema administrativo entre aqueles médicos que estavam lá e o gestor anterior, agora quem tinha que estar aqui para responder isso não sou eu, quando eu entrei eu entrei para resolver o problema e o problema foi o resolvido, tá lá funcionando.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Mas o senhor como interventor foi o responsável pela reabertura?

Mauro Nunes Jr.: Sim

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: O senhor não tem conhecimento qual foi o problema que aconteceu naquela época? Sendo que estava sob a administração do seu prefeito doutor Paulo Silva.

Mauro Nunes Jr.: Sim eu teria que perguntar qual foi o efetivo motivo, eu sei que houve uma discussão com o interventor anterior, os médicos se reuniram e pararam o serviço.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A senhora Patricia Santon que sempre está, que está alocada no Departamento de Saúde poderia me informar se sabe do motivo, o que motivou?

Patricia Regina Coggi: Boa noite a todos, primeira coisa que eu gostaria de corrigir é que meu nome é Patricia Regina Coggi e não mais Santon.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Desculpa.

Patricia Regina Coggi: E eu sou enfermeira, não sou gerente da Secretaria de Saúde, só enfermeira.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Alguém me passou a anotação errada me desculpe viu?

Patricia Regina Coggi: Não, imagina, não tem problema nenhum, só pra constar. O que que aconteceu lá? Os médicos diziam que não estavam recebendo os valores financeiros, mas na realidade eles estavam recebendo sim. O que acontece que vocês sabem, a gente tem bloqueios então no dia do bloqueio a gente não consegue efetivar os pagamentos, mas nunca teve um atraso maior que 30 dias então eles simplesmente falaram que não estavam recebendo e deixaram o plantão. Nesse dia que deixaram o plantão, o nosso RT que está aqui doutor Claudio Pessoa assumiu o plantão,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

transferiram todas as crianças para outras unidades de terapia intensiva de neonatologia e aí fechou a unidade.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A senhora tem conhecimento que em função do fechamento da unidade neonatal lá da UTI, houve óbito de crianças?

Patricia Regina Coggi: Não os nossos bebês foram todos transferidos para outras municípios.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Então não houve óbito e mesmo que foi transferido para outro município não houve óbito?

Patricia Regina Coggi: Não, aí eu já não sei.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Não tem conhecimento?

Patricia Regina Coggi: Não tenho, isso não

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Então eu pergunto aqui para o senhor interventor, a última pergunta, não vou te...

Mauro Nunes Jr.: Pois não

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A unidade neonatal, ela é referência?

Mauro Nunes Jr.: É referência

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ela é referência. E esses recebimentos que houve nesse período o que que aconteceu? Foi desviado, não, designado para outros setores da Santa Casa o que aconteceu com o dinheiro que foi repassado para o município em relação a unidade neonatal?

Mauro Nunes Jr.: Esse dinheiro não foi repassado, ele ficou guardado, não houve pagamento.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ok. Eu gostaria de ressaltar a presença do nosso querido vereador aqui Alexandre Cintra, um beijo no seu coração, Alexandre. Tem mais algum vereador que chegou que eu não mencionei o nome, que eu não quero cometer nenhuma injustiça aqui com ninguém. Bom, vereadora Sônia, quer fazer alguma pergunta para o interventor? Para o pessoal da saúde? Depois nós entramos no assunto aqui da Avante Social, do CAPS.

Vereadora Sônia Módena: Boa noite a todos, boa noite vereadores aqui presentes secretários, público que nos assiste, Mauro Nunes, gostaria de fazer uma pergunta ao senhor secretário quando o senhor falou da UTI neonatal, eu soube fui até lá que havia um médico até com uma idade um pouco avançada, foi através de uma denúncia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que eu fui até a neonatal de Mogi Mirim, e ele mesmo falou pra mim da dificuldade que tinha de contratação de médico e o senhor disse para mim que havia uma ordem judicial para que médicos interiores retomassem o serviço, se tinha dificuldade para contratar e tinha esses médicos, o código judicial para retomar, por que não foram reaproveitados esses médicos?

Mauro Nunes Jr.: Porque nós não paramos, a ordem judicial veio a posteriori. Nós já estávamos trabalhando para recompor. Esse senhor apesar de ser de idade tem muita experiência e se não fosse ele assumir, a neonatal não ia estar funcionando. Então começou com ele, depois nós fomos contratando outros médicos, foi aí que o juiz mandou eles voltarem, aí já não era mais do nosso interesse. Nós dispensamos todos.

Vereadora Sônia Módena: Então foi posterior, porque o que deu a entender aqui que a reabertura estava vindo com a ordem deles retomarem. O senhor tá dizendo que a ordem deles retomarem era após a reabertura e a estabilidade já do número de médicos...

Mauro Nunes Jr.: Sim, já estava...É que a gente já estava trabalhando...

Vereadora Sônia Módena: O senhor poderia dizer o nome desse médico que estava lá?

Mauro Nunes Jr.: É Arilton, eu não lembro o sobrenome dele.

Vereadora Sônia Módena: Ele é um médico pediatra intensivista?

Mauro Nunes Jr.: Não é intensivista

Vereadora Sônia Módena: Não é?

Mauro Nunes Jr.: Não. E não precisa ser, a lei não fala isso

Vereadora Sônia Módena: Saberria dizer nesse exato momento da entrada dele até o presente momento o número de crianças que passaram pela nossa neonatal e as quais tiveram óbito?

Mauro Nunes Jr.: Eu não tenho esse número aqui, infelizmente, posso te fornecer depois

Vereadora Sônia Módena: Ok. Obrigada vereador Magalhães

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigado, vereadora Sônia, vereador Luiz Roberto Tavares gostaria de fazer alguma pergunta sobre a Santa Casa, a saúde pública de Mogi Mirim?



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Luiz Roberto Tavares: Boa noite Magalhães, boa noite a todos presentes, pessoal que foram convocados boa noite a todos. É só para justificar vereador Magalhães que eu estou usando o microfone que as três perguntas que eu faria ao Mauro, Maurinho e a Patricia, já foram respondidas, então por enquanto passo a palavra.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Muito obrigado vereador. Vereadora Joelma por gentileza, a senhora gostaria de se pronunciar sobre a saúde municipal e a Santa Casa de Mogi Mirim?

Vereadora Joelma Franco: É, boa noite a todos. Mauro, eu gostaria de fazer as duas seguintes perguntas, uma, é certo que uma médica que faz a parte de obstetria e que trabalha dentro da Santa Casa ela tem suas atribuições. Como que você faz para dar vazão com uma única médica para sustentar toda a Mogi Mirim? Porque assim o que que está acontecendo? Todos aqueles que vem e nos falam, falam quando a gente fala da parte de obstetria, fala o seguinte, está fazendo procedimento cirúrgico, chega à porta a mãe, está com hemorragia, está com o sangramento, está perdendo líquido, a criança também chega, alguma coisa não está fechando Mauro, essa é uma situação específica que não está fechando e também não está fechando uma outra situação específica, a gente recebe ligações direto que é marcado agendas e demoram 4 horas, 5 horas para ser atendido paciente dentro da Santa Casa, que a porta fica uma coisa infundável. Então a gente precisa entender o que está acontecendo com a Santa Casa. Houve uma retirada de médico, de obstetras, houve, isso aí é fato, toda a hora a tribuna, a imprensa, todo mundo não vamos negar

Mauro Nunes Jr.: Saiu alguns, foi trocado. Sim.

Vereadora Joelma Franco: Como é que está dando vazão a esse tipo de serviço dentro da Santa Casa? E outro é o de atendimento geral. Vocês estão sentados na cadeira administrando? Ok, só que tem o pessoal que está sentado do outro lado, aguardando, com a dor, com o sentimento, com a angústia e com o tempo. Como é que nós vamos superar essas duas situações?

Mauro Nunes Jr.: Bom, primeiro a questão do agendamento, você não está falando de pronto-socorro você está falando de atendimento médico, médico especialista, é isso? Porque nós temos vários né? E quando a senhora fala isso eu preciso saber qual é, é só na ginecologia obstetrícia que acontece?



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Joelma Franco: Mauro, você está à frente da intervenção da Santa Casa. Você sabe que não é, é todos os segmentos têm demanda e têm gargalo. As pessoas fazem agenda e não são... Quando vocês marcam uma agenda as pessoas também se programam, é óbvio que esperar uma hora é até razoável, a gente até entende pelo um sistema, ninguém é hipócrita para isso, agora esperar três horas e meia, quatro horas, aí a gente consegue, começa a entender que está faltando profissional e falta os seus ajustes determinados, assim como a parte da obstetria que a gente precisa pensar sobre isso. Mas você pode responder para mim...

Mauro Nunes Jr.: É, precisa pensar. Na verdade, nós precisamos de ajuda.

Vereadora Joelma Franco: A administração precisa da ajuda, precisa de qualificação?

Mauro Nunes Jr.: Não é ajuda de administrativo, nós precisamos de ajuda de vereador, de buscar recursos para a Santa Casa, um exemplo está aqui ó...

Vereadora Joelma Franco: Ah tá.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Olha, Secretário, olha nós estamos aqui numa audiência pública e vocês estão aqui para prestar contas para a população.

Mauro Nunes Jr.: Tá bom. Vamos prestar contas

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Não para ficar fazendo argumentações, que a Casa Legislativa tem conseguido muitas verbas e eu queria pedir o seguinte, responda por gentileza aquilo que for perguntado.

Mauro Nunes Jr.: Muito bem vamos voltar ao assunto então.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Só um minuto, vereadora a senhora fez a pergunta?

Vereadora Joelma Franco: São duas perguntas. São perguntas técnicas, objetivas, até porque se eu for entrar em mérito de rezar cartilha pra instituto criminoso daí dá para problema, então a gente só quer a parte técnica.

Mauro Nunes Jr.: Isso dá problema mesmo, instituto criminoso dá problema mesmo.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Secretário, responda as duas perguntas por gentileza que a vereadora fez por gentileza.

Mauro Nunes Jr.: Bom a primeira pergunta foi sobre a questão do atendimento daquelas pessoas que chegam lá na porta. Eu entendo, se eu fosse médico e tivesse como aconteceu, quatro cirurgias eletivas, certo? E batessé alguém na porta



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

precisando de algo, que é o caso uma mulher grávida tendo nenê, o que é lógico fazer? para a cirurgia eletiva e atende essa pessoa que é de urgência.

Vereadora Joelma Franco: E se ela estiver no meio da cirurgia eletiva, Mauro?

Mauro Nunes Jr.: Não, termina a cirurgia, não vai deixar...

Vereadora Joelma Franco: Ah, termina a cirurgia e vai lá?

Mauro Nunes Jr.: É claro.

Vereadora Joelma Franco: Aí chega uma emergência na porta sai correndo médico...

Mauro Nunes Jr.: São quatro cirurgias, nós temos um pronto atendimento.

Vereadora Joelma Franco: Mauro, tem os pós cirúrgico, tem o acompanhamento cirúrgico, tem vários posicionamentos...uma cirurgia...

Mauro Nunes Jr.: Eu sei. Eu estou falando do médico. O médico está atendendo, ele acaba de fazer a cirurgia e vai atender a porta, marcaram...aí ó...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu gostaria de pedir para as pessoas que estão aí no... Não, por favor, mas terá o momento exato de todo mundo falar, Ok? Vai ter o momento para todo mundo falar aquilo que quiser. Queria pedir uma gentileza, vereadora, a senhora está satisfeita com as respostas?

Vereadora Joelma Franco: Eu acredito que elas não vão ser respondidas infelizmente.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim. Vereador Marcos Gaúcho, o senhor gostaria de fazer alguma colocação?

Vereadora Joelma Franco: Mas depois eu gostaria de fazer outra pergunta.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Fique à vontade, vereador.

Vereador Marcos Gaúcho: Boa noite a todos primeiramente. Obrigado ao Magalhães de ter provocado essa audiência, aqui, aos vereadores, o secretário, ao público aqui presente, fazer uma pergunta, Mauro, hoje quantos médicos têm hoje na Santa Casa? E se vocês têm dificuldade hoje de contratar médicos.

Mauro Nunes Jr.: 180 médicos

Vereador Marcos Gaúcho: E hoje para a Santa Casa ficar em ordem falta quantos profissionais hoje?

Mauro Nunes Jr.: O quadro está praticamente completo.

Vereador Marcos Gaúcho: Então por que está essa demanda assim?



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mauro Nunes Jr.: Porque existe a demanda. É poder público. Se você for hoje em outro hospital aqui na cidade você vai ter demanda também. É a saúde. É muita gente. Segunda-feira, por exemplo, é um dia que lota o PSC. Todo mundo fica doente na segunda-feira?

Vereador Marcos Gaúcho: É, nessa parte. O trabalhador já sei como que é.

Mauro Nunes Jr.: Então, você sabe que eles vão fazer lá, vão lá para pegar o atestado.

Vereador Marcos Gaúcho: E dessa parte eu concordo com ele. Mas então você fala para mim que a Santa Casa tá em ordem em mão-de-obra?

Mauro Nunes Jr.: Estamos ampliando até, hoje se vocês viram e aí serve como prestação de conta Magalhães, nós começamos a fazer agora ainda endoscopia e a colonoscopia na Santa Casa, com aparelhos que foram comprados, dois, um foi para o CEM e outro foi para Santa Casa para fazer esses dois tipos de exame. É mais um serviço que nós estamos fazendo que a gente tinha que pedir e contratar a outra cidade.

Vereador Marcos Gaúcho: No caso de a Maria Alice ter saído da Santa Casa tem alguém substituindo-a?

Mauro Nunes Jr.: Claro, a equipe está completa

Vereador Marcos Gaúcho: Tá completo? Tá bom, obrigado

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigado vereador Marcos Gaúcho. Eu gostaria de passar a palavra para a nossa querida vereadora Doutora Maria Lucia Tenório. A senhora quer falar vereadora? Quer fazer perguntas? Fique à vontade.

Vereadora Lúcia Tenório: Sim, boa noite colega, Magalhães. Boa noite a todos vocês. Obrigada pela presença. Obrigada por esse público aqui magnífico aqui acompanhando. Olha eu vou falar só um pouquinho e vou fazer uma pergunta. Quando a gente fala de Santa Casa, Mauro, Patrícia, todos aqui sabem, eu tive uma convivência muito grande dentro da Santa Casa e a Santa Casa ela compõe, todo mundo sabe, mas eu vou se deixar isso muito claro, ela tem que ter acima de 30 médicos, obrigatoriedade de ter um diretor clínico, nós temos 180 médicos e estamos desde abril sem diretor clínico. O diretor clínico, ele compõe, ele comanda os departamentos outros e obrigatoriamente dita as comissões por exemplo, obrigatória comissão de ética e quem coordena é o diretor clínico. Eu fico muito preocupada porque o diretor clínico é essencial assim como o técnico muito, o diretor clínico, é escolhido por uma eleição



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entre os médicos do corpo clínico. O técnico é um médico que tem a confiança de quem está lá compondo, no caso vocês hoje, intervenção. Intervenção gente é quando aquele que está cuidando não dá conta alguém tem que intervir para tentar melhorar é isso que eu entendo. É isso que acontece. Agora eu primeiro diria por que ainda não tem um diretor clínico? essa é uma pergunta

Mauro Nunes Jr.: Então vou responder já, estamos em processo de eleição

Vereador Lúcia Tenório: Já foi convocado? Isso tem que ter convocação vocês sabem disso e tem que ter esse diretor clínico porque o CRM não admite que não tenha diretor clínico, eu já fui diretora clínica duas vezes lá e sei muito bem das exigências do conselho. Outra coisa que eu queria dizer quando houve aquela evasão, que os pediatras desistiram, eu tinha um acompanhamento com eles conheço os neonatologistas e a UTI era muito boa a gente sabe disso, referência, o que aconteceu? Eles por vários meses eles diziam se não pagarem se não tiver mais médicos para a equipe nós vamos sair, então não foi, eu me surpreendo muito quando vocês falam que foi de surpresa, não foi, foi algo premeditado falado avisado. Realmente eu fiz uma colocação aqui porque eu estava muito preocupada, eu falei com São João da Boa Vista que a gente responde ao DRS de lá e eles disseram que não podia ficar até porque aqui é referência se não fechava acabava nossa UTI, o que é difícil. No outro dia realmente abriu. Eu não vou falar de colega é antiético, mas a gente sabia que tínhamos neonatologista lá, o pediatra que não dava conta, a gente sabia disso, ele não tinha nenhuma intimidade com os procedimentos, ele mesmo falava isso e era um Deus nos acuda, eu sei o que estava passando aqueles bebês lá dentro da UTI e nasceram sim na ausência de pediatra de UTI nasceram bebês que foram a óbito eu soube porque não tinha como transferir e acabou, nascia mal e não tinha UTI. Então eu só quero dizer a seguinte gente, restabelecer a Santa Casa começa por um corpo clínico determinado, hoje a gente, o Doctor cuida de uma área e eu não sei quem cuida do outro, vamos, tem que voltar a ter harmonia lá dentro e quem vai fazer isso? Eu confio nisso, Mauro, eu quero que vocês façam isso, por quê? Porque infelizmente a Santa Casa eu falei isso na última fala minha, perdeu a identidade, perdeu vínculo e perdeu tudo, hoje você vê uma Santa Casa que, eletivas por exemplo, eu vou falar da minha área ginecologia obstetrícia, tá fazendo alguns procedimentos? No máximo ligadura tubária porque não tem habilidade para outros procedimentos. Eu soube disso



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por eles mesmo não tem habilidade para fazer cirurgia grande, tá parado, esta semana eu mandei uma paciente receber sangue que precisava de cirurgia assim urgente, tá com anemia, já tomou sangue duas vezes nós não temos quem tá fazendo. Então precisa resgatar, precisa. Então essa audiência é muito pertinente porque realmente vamos trazer isso à tona e vamos levantar a Santa Casa. Por que não tem diretor você já me respondeu que tá em vias de, e restabelecer, refazer a maternidade, eu acho que nós temos que tomar muito cuidado, muito mesmo, é com a forma que a gente chega por exemplo quando você fala, é possível uma doutora da ginecologia atender tudo sozinha? não é. Ela não tem P2 ela não tem, P2 gente é um médico que fica a distância e você chama quando aperta. Não tem, ela fica sozinha. Não tinha nem instrumentador que auxilia. Andou um tempo sem instrumentador. Eu vivi porque a minha instrumentadora trabalha lá e ela...Então eu só tô dizendo que restabelecer isso é um desejo da população porque todos dependem da Santa Casa, resgatar essa Santa Casa, sabe e eu falo isso gente com quem viveu e vivencia isso. Eu vou mesmo falar das coisas, se a gente fosse falar tudo, sabe, dinheiro eu mandei impositiva inteira para Santa Casa, eu mandei verba de deputado para Santa Casa e o que eu puder eu vou trazer para Santa Casa porque saúde não tem fim não tem, o dinheiro entra e sai. Mas era isso que eu queria falar viu? Ô vereador, muito obrigado.

Mauro Nunes Jr.: Ô Magalhães, eu posso corroborar as palavras dela? porque ela falou um negócio que é uma realidade. Aqui no relatório tem, olha só, uma médica não vou citar o nome dela que se encontrava...Que se encontrava de plantão por ocasião da vistoria do CRM. A prática é realizar cirurgias com instrumentador cirúrgico, ela dizendo, ocorre na maternidade há pelo menos cinco anos. Cinco anos. E isto observar que no livro de parto constante na maternidade, apenas os cirurgiões principais estão identificados, não constando os auxiliares dos partos cirúrgicos. Exatamente o que a senhora estava falando. Cinco anos.

Vereador Lúcia Tenório: Posso falar um pouquinho?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Pode, doutora

Vereador Lúcia Tenório: Olha, eu dei infinitos plantões na Santa Casa, na época a gente nem era remunerado para fazer plantão, mas eu sempre chamei um colega. E os colegas e eu, sem ganhar nada. "Por favor, João você vem me ajudar? "Ele ia de madrugada três horas da manhã, por quê? Eu, Lucia, o CRM também não quer que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

você opere sozinha porque se você passa mal quem vai fazer esse procedimento? Então eu nunca gostei de operar, mas muito das vezes eu precisei operar sem, só com instrumentador, a gente fazia essa prática por falta de profissionais que, de remuneração de, não achava, mas eu digo que isso há muito tempo mesmo, mas veio uma coordenadora que ela colocou que teria que ter, começou a funcionar muito bom, era doutora Marcia e estava funcionando super bem aí de repente mudou tudo, veio a Doctor, ele, a doutora foi saiu, então sabe, parece que não quer que as coisas funcionem direitinho, mas é a sensação que eu tenho

Mauro Nunes Jr.: A gente quer que funciona, o nome da gente que está lá também.

Vereador Lúcia Tenório: Porque a paciente gente, vocês sabem o que quer ser paciente? Ela simplesmente coloca-se na nossa mão, então olha a responsabilidade é na maternidade são duas, são o bebê e a mãe, então é muito sério isso, é muito sério, então...

Mauro Nunes Jr.: Doutora, nós tivemos no passado situações de ter o R1, que nunca foram lá, mas foram pagos, tivemos isso, hoje não tem mais, está mudando e está mudando para melhor, os contratos com os médicos estão melhorando cada vez mais, isso é...fala não só nossa, o Tribunal de Contas passou lá e recebemos elogios, eu tenho o relatório, eu vou deixar com vocês, faço questão, nós estamos trabalhando firme, não é...Deixando esse, esse aquele vai trabalhar...Não, é geral...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Secretário, Doutora, está satisfeita?

Vereador Lúcia Tenório: Estou.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu gostaria de passar a palavra para o nosso querido vereador Alexandre Cintra. Quer fazer pergunta vereador?

Vereador Alexandre Cintra: Obrigado Magalhães, boa noite, Magalhães, vereadores, administração pública público presente, desculpa das costas viu, gente, esse aqui meu lugar mesmo de sentar. Bom, é... primeiro para a Patrícia, enfermeira Patrícia, você disse que é enfermeira com o cargo administrativo que você ocupa na Santa Casa?

Patricia Regina Coggi: É, eu sou enfermeira, agente há anos já na prefeitura e hoje eu atuo lá na Santa Casa junto com Mauro lá na parte administrativa.

Vereador Alexandre Cintra: Então qual é o seu cargo administrativo? Assessora?

Patricia Regina.Coggi: Não, só enfermeira,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Alexandre Cintra: Ah tá, beleza. É... Eu sou na verdade uma pessoa que acompanha muito no discurso da Lúcia toda vez que ela fala da Santa Casa porque não tem outra pessoa aqui dentro...Pra falar da Santa Casa como a Lúcia e toda vez que ela usa a tribuna eu presto bem atenção no que você fala e não é de hoje realmente que você vem falando da falta de diretor clínico, de coordenador e fica difícil entender como que uma Santa Casa anda sem isso. Isso com certeza tá se refletindo no atendimento em todas as reclamações dos munícipes. Novamente pra você, Patrícia. Você disse que os pagamentos não podem ser feitos porque existem bloqueios e que eles nunca passam de 30 dias de atraso. É muito, para quem precisa do seu subsídio é muito. Se eu tivesse no lugar dos médicos eu faria a mesma coisa, é um absurdo você achar que não passa de 30 dias, 30 dias é muito.

Patricia Regina Coggi: Mas vamos falar o seguinte, a gente já teve dias de bloqueio de 42 dias de bloqueio, direto na Santa Casa.

Vereador Alexandre Cintra: Explique pra gente o que é bloqueio

Patricia Regina Coggi: É assim, como a Santa Casa tem os credores, e aí então eles entram com o processo judicial e aí eles fazem os bloqueios, que é nada mais do que pegar o dinheiro que tá na conta pra pagar, seja ele previdenciário, seja cível, é esse valor...

Vereador Alexandre Cintra: Mas a integração não existe exatamente por isso?

Patricia Regina Coggi: Existe, só que a gente, como Mauro disse, nós somos lá na Santa Casa uma instituição privada sem fins lucrativos usando o CNPJ da própria irmandade. Então, quando a gente foi pra lá a gente não mudou, o juiz não deu pra gente outro, por isso que não tem a necessidade de seguir os ritos públicos. Então a gente foi lá pra gerenciar os valores públicos, mas no CNPJ da irmandade. Agora, existe uma lei que os recursos públicos são impenhoráveis, só que o que acontece, eles fazem o bloqueio, eles fazem um resgate, esses últimos dois anos nós tivemos um valor de resgate de 798 mil reais que é muito dinheiro e foi pegando parcelas, parcelas, parcelas e a gente tá conseguindo, nós conseguimos a liberação de dois resgates, só que primeiro eles bloqueiam, depois eles me liberam o recurso. Então o que é que a gente fez nesses momentos, inclusive teve uma vez não sei se a doutora Lucia lembra, a gente fez cheques administrativos para pagar todos os médicos, foi um Deus nos acuda porque a gente tinha mais de 200, 300 cheques porque o mesmo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

médico prestava serviço na UTI e prestava serviço na clínica médica. Tinha que ser dois cheques diferentes porque a empresa era diferente, então a gente sempre tenta subsídios para a gente conseguir pagar, mas o bloqueio Alexandre a gente infelizmente não tem esse domínio, então ele vai e ou a gente deixa dinheiro por exemplo, folha de pagamento, quando é no quinto dia útil a gente tá com um bloqueio, o que que o município faz? Ele paga o valor que está lá bloqueado, perdemos esse dinheiro para a gente conseguir colocar o dinheiro para poder fazer os pagamentos, entendeu? Então a gente vai usando de estratégias para pagar. Então, a gente, já tivemos atraso na folha de pagamento, já tivemos atraso nos prestadores, tivemos atrasos em fornecedores por conta dos nossos bloqueios. Hoje está um pouco mais rápido porque o Daniel que está lá consegue fazer um provisionamento e a gente tá antecipando o pagamento, por exemplo os médicos nos novos contratos agora eles recebem todo dia 10, dia 4 já tinha várias empresas que já estavam sendo pagas. Então o que nós estamos fazendo agora organizando? Então o que eu consigo pagar antes, eu tô pagando antes, para que quando chega perto do dia do pagamento, se tiver bloqueio, eu já paguei. Entendeu? Então essa é a ação nesse momento.

Vereador Alexandre Cintra: Entendi. Mauro, Mauro chefe de gabinete. Você disse aqui, que inclusive você leu para a gente que o próprio Milton disse para que seja, teve uma data para finalizar a intervenção que é no dia 31 de dezembro desse ano.

Mauro Nunes Jr.: Isso

Vereador Alexandre Cintra: Como você está agora lá como interventor administrativo você acredita nessa realidade?

Mauro Nunes Jr.: Olha vai depender muito da irmandade, vou dar um exemplo para você, nós fizemos um contrato com a faculdade, mas quem assinou esse contrato não fomos nós? Porque é Santa Casa mais... É a Franco Montoro com a Santa Casa, mas a parte privada. O que aconteceu? Se vierem por exemplo 20 futuros médicos para fazer o internato deles, eles mandam dinheiro para a gente, mas eu não posso colocar o dinheiro na conta, senão ele vai ser o que? Bloqueado. Mas eu tenho lá que pagar, é um acordo feito, vocês até aprovaram aqui, três milhões que nós fizemos o acordo com o sindicato, mas existe um período para trás sem pagamento. O que que nós falamos com o sindicato e com a juíza? Abre uma conta judicial. Esse dinheiro que vai entrar, os 20 mil aqui, nós vamos direto nessa conta digital, não vai ter bloqueio e aí



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ele começa a pagar os credores. Esses bloqueios são em função de ações, seja ela trabalhista ou de fornecedores ou de serviços contra a Santa Casa. A Santa Casa perde porque realmente ela deve e aí ele pede o bloqueio e a gente fica driblando o bloqueio para poder fazer andar.

Vereador Alexandre Cintra: Então você acredita que será possível não ter mais intervenção no dia 31 de dezembro?

Mauro Nunes Jr.: Acho que é possível, mas não depende da gente, nós estamos ajudando, depende muito da parte privada para eles começar a andar.

Vereador Alexandre Cintra: Obrigado

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigado, vereador Alexandre Cintra. Agora eu gostaria de passar a palavra para o nosso querido vereador Ademir Floretti Jr, o senhor pode fazer suas perguntas à vontade vereador:

Vereador Ademir Floretti Jr.: Senhor presidente muito obrigado pela consideração, eu tenho algumas perguntas aqui a serem feitas. Primeiramente eu gostaria de desejar boa noite a todos, agradecer a presença das pessoas que foram convocadas, público aqui presente, meus amigos e nobres e vereadores que se fazem presente também. Eu tenho quatro, cinco perguntas. Nós estamos falando sobre Santa Casa. Para começar eu gostaria que vocês ou Mauro ou a Patricia, estão aqui representando a Santa Casa e a saúde como um todo. Hoje qual é o valor que a prefeitura investe mensalmente na Santa Casa para manter o serviço de atendimento à saúde da nossa população? Eu vou fazendo uma a uma para que não fique confuso.

Patricia Regina Coggi: Eu não lembro de cabeça o valor exato, mas a gente encaminhou para vocês o convenio de adesão ao SUS, mas é por volta de seis bilhões/mês. Destes valores nós temos fonte municipal, fonte estadual e fonte federal.

Vereador Ademir Floretti Jr.: Ainda falando sobre parte financeira da Santa Casa vocês saberiam nos responder, hoje qual seria o montante da dívida da Santa Casa? Aproximadamente.

Mauro Nunes Jr.: Aproximadamente, 70 milhões

Vereador Ademir Floretti Jr.: Perfeito. Agora da parte de vocês, Daniel Patricia e Mauro, é de conhecimento de todos que a doutora Maria Alice Mostardinha não está mais na Santa Casa, uma médica de 40 anos, profissional da área e eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: da parte de vocês houve alguma tentativa para manter a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

doutora Maria Alicé Mostardinha no quadro de profissionais da Santa Casa haja vista que ela é uma profissional de 40 anos, médica renomada do nosso município? E por isso eu gostaria de saber se da parte de vocês houve essa tentativa de mantê-la no quadro de profissionais.

Mauro Nunes Jr.: Não, não houve tentativa de aproximação com ela.

Vereador Ademir Floretti Jr.: Perfeito. Ainda falando sobre a Santa Casa, é de conhecimento também de todos que essa casa de leis aprovou o projeto de minha autoria juntamente com a vereadora doutora Lucia Tenório, né? Que se tornou a lei 6.517 de 2022 que instituiu aqui no município o posto de coleta de leite materno e no último dia 30 de abril de 2024 houve uma inauguração dentro das dependências da Santa Casa, do posto. Entretanto o seu funcionamento ainda não é uma realidade e nesse sentido eu pergunto haja vista que precisamos considerar que, além da lei municipal existe também uma recomendação, uma orientação da DRS de São João da Boa Vista para que seja implantado um posto de coleta. Nós fizemos as tratativas e o posto foi inaugurado, entretanto não foi efetivamente colocado à disposição da população, principalmente das nossas crianças. Então nesse sentido eu faria a seguinte pergunta, quais são as razões que hoje estão impedindo o pleno funcionamento do posto de coleta de leite materno?

Vereador Ademir Floretti Jr.: Pós inauguração, nós recebemos a visita do pessoal da vigilância sanitária, que fizeram alguns apontamentos e adequações a serem feitas. Eu peço desculpa vocês porque eu também estava lá, eu participei do evento que foi muito bacana, mas eu fico entre a cruz e a espada, a lei de vocês e a lei que fala da questão sanitária. Eu acho que a opção foi, vamos resolver a questão sanitária definitivamente e é o que está acontecendo, já está em obras, tão logo esteja em obra, eu gostaria de convocá-los, não, convocá-los não, convidá-los para que fossem lá de novo e dessem uma olhada e a gente dessa continuidade nesse procedimento que é muito importante.

Vereador Ademir Floretti Jr.: Perfeito, é interessante até destacar já que nós estamos falando de saúde que o posto de coleta ele é justamente importantíssimo para a coleta do leite materno que vai beneficiar os bebês das UTI's. Principalmente a UTI da Santa Casa e até o governo do Estado tem feito um alerta através da Secretaria Estadual de Saúde alertando sobre a importância do leite materno, então não é algo que tenha tanta complexidade na demora, mas é algo que precisa ser efetivamente colocado em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionamento haja vista que nós temos uma demanda alta, temos doadoras aqui no nosso município que estão mais do que desesperadas para ter um local adequado e a doutora, a doutora Lúcia Tenório aqui é conhecedora de mães que estão desesperadas querendo um local para fazer a doação do leite materno. É... a última pergunta, qual seria a data prevista para que o posto de coleta de leite materno funcione plenamente e começa a receber as mães doadoras? Nós entendemos o que foi colocado, mas eu queria saber se há uma data ou uma previsão de data para que isso ocorresse e com certeza estando vivo eu estarei lá para presenciar.

Mauro Nunes Jr.: Mais uns 15 dias vereador. Convidá-los-ei.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Findou?

Vereador Ademir Floretti Jr.: Senhor presidente, satisfeito, muito obrigado. Obrigado, secretário.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim, agora eu gostaria por gentileza de passar a palavra para o nosso querido vereador Cinoê Duzo.

Vereador Cinoê Duzo: Boa noite a todos. Agradecer o vereador Magalhães que está provocando essa audiência pública tão necessária, saúde é o que interessa o resto não têm pressa. Boa noite aos vereadores e vereadoras presentes, a pessoa do interventor Mauro, cumprimento à toda equipe, agradeço também quando estive lá, a gentileza e a fineza que tiveram não só comigo, mas com todos e acredito que se façam para todas as pessoas independentes do título. Maurinho, com todo o respeito de chama-lo de Maurinho, o recurso de três milhão aprovado nesta câmara municipal foi repassado aos funcionários para pagar direitos trabalhistas?

Mauro Nunes Jr.: Respondendo, no mesmo dia em que foi aprovado, no dia seguinte nós não pagamos funcionário, existe uma ação, o que que nós fizemos? Imediatamente depositamos na conta judicial, é a juíza que determina o pagamento, nós não podemos fazer o pagamento direto para eles.

Vereador Cinoê Duzo: Santa Casa tem algum projeto para que seja resgatado o trabalho das nossas queridas e importantes voluntárias?

Mauro Nunes Jr.: Você sabe que me perguntaram isso esses dias. A princípio não, mas é uma coisa que a gente pode pensar e no futuro implantar porque funcionava muito bem. Desculpa se eu, vou citar a sua que já faleceu, sogra era uma voluntária e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

eu me lembro dela e do trabalho que ela fazia na Santa Casa, era excepcional esse grupo.

Vereador Cinoê Duzo: Só para esclarecer a população, são pessoas...

Mauro Nunes Jr.: Abnegadas.

Vereador Cinoê Duzo: Civis, não tem salário e o que elas podem doar de mais precioso que é o tempo e o tempo nós não podemos comprar infelizmente. Acredito que seja mais que necessário porque o primeiro atendimento é o acolhimento, é uma palavra amiga e se o senhor olhar para a plateia estamos aqui cheio de anjos porque quando fala de mãe, eu sou suspeito de falar e fazer uma analogia que realmente, as mães com certeza e logicamente, aquelas que mais conhecem os seus filhos, só de bater o olho nele você sabe, vocês sabem com todo respeito, tenho aqui alguns alunos, se eles estão bem, se eles não estão, se eles estão falando a verdade ou não, essa analogia é referente a doutora Lucia, porque quando a gente chega na Santa Casa e eu falo também para os meus alunos, os enfermeiros, Patricia, meu maior respeito a vocês, é os médicos, mas quem coloca a mão na massa doutora, quem acolhe são os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, e eles falam para a família assim "olha, você veio até a sala de recepção, fique aqui porque agora vamos tomar conta do seu familiar, do seu bebê, do seu idoso", e nós não podemos adentrar, lógico, é um recinto restrito que carece todo cuidado com a higiene. Mas a doutora Lucia, ela tem acesso e teve acesso a todos os setores. Então fica muito difícil nós falarmos ou questionarmos após a fala dela e eu com certeza não duvido e tenho maior carinho a respeito por ela. Então eu endosso toda a pergunta que ela fez, 180 funcionários e que supre, 180 médicos, 580 funcionários, mesmo assim é só na segunda-feira que acontece? E na terça, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo, acontece também? duas três quatro horas? Desculpa, até três horas no máximo de espera?

Mauro Nunes Jr.: Isso não acontece, ô Patricia, explica para ele, se ele tem o relatório.

Vereador Cinoê Duzo: Pergunta não como vereador, mas com pessoa que passa, que enfrenta o problema também.

Patrícia Regina Coggi: A nossa média de espera, segundo nosso sistema que é informatizado que vocês veem lá é de 45 a 80 minutos. Esse valor aqui da média, então, por exemplo, para vocês ter uma ideia: Em setembro de 2023 a gente teve 6855 atendimentos, que dá 221 pacientes ao dia, 9.21 pacientes por hora para 5 médicos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que estão atendendo, e agora em maio a gente fez 8.568 atendimentos que dá 276 pacientes no dia, sendo 11,51 pacientes por hora de novo para 5 médicos atenderem. Então acontece que a gente trabalha com horário de pico. Então a gente tem horário da manhã, da tarde e horário da noite que é o pessoal que sai do trabalho para ir. Então a gente acaba acumulando, e a classificação de risco também, né gente? Então o paciente azul pode esperar um tempo maior, o verde, o amarelo e o vermelho têm outras classificações.

Vereador Cinoê Duzo: Por gentileza, gente pode esclarecer a cor e o grau de urgência por gente por favor, principalmente pra população.

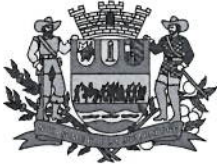
Patrícia Regina Coggi: O paciente azul é o de menor complexidade, é aquele paciente que pode esperar. Vamos dizer assim, ele está com uma dor de cabeça, com uma criança com narizes escorrendo, é isso, febre. Aí a gente classifica uma classificação a mais quando eu tenho a verde e amarela - É isso, Claudio? Me corrige aqui que eu estou aqui eu estou, cadê o Claudio? Fala aqui para mim Claudio, que eu esqueci os tempos certinhos. E o tempo que eu esqueci?

(Inaudível)

Então a classificação é desse, nesse tempo de espera.

Vereador Cinoê Duzo: Minha última pergunta até por respeito às mães porque né para não demorar muito. Muitas pessoas na fila na questão da ortopedia, muitas pessoas, O número de pessoas na fila é como é que está o andamento dessa fila?

Patrícia Regina Coggi: Você se lembra que para fazer a parte de alta complexidade vocês nos deram recurso para de emenda impositiva que a gente acabou colocando o Mogi Guaçu, Mogi Guaçu que era referência para todo mundo parou de fazer, E agora a gente está fazendo na nossa santa Casa, O que aconteceu que agora a gente começou a fazer agora esse mês: os pacientes foram reavaliados pelos nossos profissionais ortopedistas, fizeram novos exames preparatórios as cirurgias estão acontecendo parte de agora. A média complexidade a gente realmente tem uma fila bem grande, então a parte de ombro a gente já conseguiu zerar, mas a parte de mão a gente dividiu, é, os procedimentos de mão com o nosso neuro, então o túnel do carpo quem está fazendo é o neuro e não mais ortopedista para a gente também andar com a fila. E a gente está com uma demanda bem significativa de joelho e pé.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Cinoê Duzo: Então OK, muito obrigado mais uma vez a toda equipe, obrigado Magalhães E ao público que tem a maior paciência acredito que vai te ser aberto aí eles, obrigado Magalhães.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A vereadora Sônia Módena tem que sair porque ela tem compromisso, E pode fazer a sua pergunta vereadora.

Vereadora Sônia Módena: Obrigada, Vereador Magalhães. Só uma pergunta para o Mauro Nunes: Mauro, A Santa Casa, tem algum serviço da Santa Casa para levar paciente para casa à noite após um atendimento médico que não tenha transporte? família que vai lá sem transporte?

Mauro Nunes Jr.: Não tem. É só o atendimento ali.

Vereadora Sônia Módena: A pergunta minha é se a Santa Casa tinha algum tipo de transporte para levar paciente para casa durante a noite que passasse para o atendimento e não tivesse recursos, não tivesse como embora, está me dizendo que não tem esse tipo de atendimento?

Mauro Nunes Jr.: Não tem, é só atendimento médico mesmo.

Vereador Marcos Gaúcho: O Mauro Nunes, o transporte é feito a noite sim, o paciente não tiver transporte a Santa Casa liga lá na portaria e a gente que leva.

Mauro Nunes Jr.: Não, não é da Santa Casa, Marcos. Não é da Santa Casa, é da prefeitura

Vereadora Sônia Módena: A minha pergunta era se era específica da Santa Casa, com contrato com algum tipo de transporte pra levar.

Vereador Marcos Gaúcho: Ah, entendi, entendi, igual tipo...

Vereador Luiz Roberto Tavares: Você fala... A Santa Casa está falando a upa lá?

Vereador Marcos Gaúcho: Isso.

Mauro Nunes Jr.: Acho que ela falou da upa, mas todo...É que a gente não vai dar alta para uma pessoa dez horas da noite né.

Vereador Marcos Gaúcho: Exatamente, foi o que eu estava pensando. Pra aproveitar a pergunta: Até que horário vocês dão alta? Eu acho que eu...

Mauro Nunes Jr.: Depende muito do médico.

Vereador Luiz Roberto Tavares: O Magalhães, até aproveitando que eu estou aqui, fazer uma pergunta aqui.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Pois não.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Luiz Roberto Tavares: Que eu gostaria de fazer, sobre a Maria Alice Mostardinha. O Ademir fez uma pergunta e você respondeu que não houve nenhuma aproximação. Tem um motivo? Ou é normal mesmo mandar por exemplo ela foi mandada...

Mauro Nunes Jr.: Não foi só ela, outros funcionários, coordenador, outros, enfermagem e tal, quando a gente rompe a gente não procura mais, a gente faz o acerto paga tudo direitinho e não procura mais.

Vereador Luiz Roberto Tavares: Sim Mauro, concordo, mas assim, o fato de ela ser uma vice prefeita...

Mauro Nunes Jr.: Não, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Vereador Luiz Roberto Tavares: Eu vou fazer uma pergunta que ficou meio em dúvida né, porque... Ela disse aqui que ela foi dispensada, mandada embora por uma terceirizada, isso é verdade mesmo?

Mauro Nunes Jr.: Ela não tem contrato com a empresa? Tem. Ela não tem contrato com a gente, é... Ela falou que desconhecia – eu vi o vídeo – ela falou que desconhecia essa relação.

(Inaudível – plateia questionando)

Mauro Nunes Jr.: Como? Não... eu falei que são três contratos, três contratos, eles fizeram adesão, eu pago a doctor e a doctor paga ela.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Bom...

Vereadora Sônia Módena: Eu vou me despedir, Magalhães.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Pessoal, seguinte... O Mauro, representantes da secretaria de saúde, representantes da educação, é o seguinte: nós temos pessoas em Mogi Mirim hoje que precisam fazer cateterismo, E essas pessoas me procuraram dizendo que o exame deles foram marcados pra 7, 8, 9, 10 meses, e eles estão... E eles estão com problemas cardíacos sério, tá? Para dar um exemplo pro senhor, secretário, eu tenho como minha maior premissa, que eu tenho que utilizar o mesmo sistema de saúde público que a população de Mogi Mirim, então nem eu, nem meu pai, nem minha mãe, nós temos assistência médica particular, e nós... E eu procurei a secretária de saúde em última instância para negociar com ela o cateterismo da carótida do meu pai que está com 86 % de obstrução, né, e eu fui informado naquela data para ser que pela secretária que não havia cardiologista em Mogi Mirim, né... Após



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fazer a denúncia, apareceu aí o cardiologista, eu precisava só do número do CROS porque eu já tinha hospital em São Paulo para operar meu pai, ela disse que não tinha cardiologista, né... Muito bem, a funcionária que trabalha na casa do meu pai levou meu pai, deu o endereço dela, levou para Mogi Guaçu, o meu pai foi atendido lá pelo cardiologista num dia e logo em seguida já foi atendido pelo médico geral, clínico geral, logo em seguida foi atendido pelo cardiologista e o cardiologista falou: "O seu pai não pode ser operado, demorou muito, demorou muito. Por que? Porque ele enfraqueceu e hoje ele está muito debilitado e ele não aguenta tomar anestesia para fazer cirurgia, tá? Então essa secretária que está aqui em Mogi Mirim, ela precisa ir embora logo porque ela é uma in... Não vou nem falar, tá, eu vou... Outra coisa, Mauro, reclamações recorrentes que nós temos aqui com problema de exame, a pouco tempo esse senhor que está lá na Secretaria de Transporte, que coordena a equipe de transporte de pacientes, cortou transporte de pessoas... A gente parou no posto de gasolina lá no tio Jordão - "Pô, Magalhães, é... O meu pai tem problema, não consegue se locomover, para levar eles cortaram o transporte que levava ele no AME em Mogi Guaçu". A gente tem notícias de veículos que vai fazer o transporte de pacientes que quebra na estrada e ficam tempão enormes esperando para chegar a outro veículo eles perdem a consulta onde estariam que fazer, né, essa história da Santa Casa, eu acho que existe um paradoxo, um negócio absurdo nessa história. Por que? Como que nós recebemos tantas reclamações ligações 10 horas, 11 horas, 2 horas, 3 horas, 4 horas da manhã? Que o paciente está lá já faz mais de 6 horas esperando para ser atendido e não é atendido, né, a família liga reclamando que não está tendo atendimento. As pessoas são internadas na unidade de pronto atendimento 10 horas da manhã e ficam na unidade de pronta atendimento até 10 horas da noite sem alimentação, sem receber lá um soro, olha, e eu estava lá dentro do pronto... Da unidade do pronto atendimento com os senhores lá, sabe? E eu filmei, Maurinho, eu filmei o depoimento deles. Tinha uma senhora que tinha um filho altista e ela estava acompanhando o pai lá desde cedo e o filho sozinho com a vó em casa, né... E ele... Eu perguntei: "O senhor comeu alguma coisa?" - "Eu não comi nada até agora, seu Magalhães, não me deram alimento nenhum". O senhor que eu fui lá para ficar de acompanhante, você sabe que aconteceu, Mauro? Entrou três enfermeiros, era caso de urgência, entrou três enfermeiros: "Ah, os exames do senhor já tá aí?" - A médica que atendeu lá no pronto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atendimento, que faz o atendimento ali urgente fez toda a documentação e falou é urgente o caso desse senhor, olha o tamanho da perna dele. Eu filmei, ficaram bravo comigo porque eu filmei. Pode ficar do jeito que quiser, não tenho medo, me leva na justiça, né... Um absurdo... E o senhor que estava lá, entrou três enfermeiros e perguntou. Não tinha coordenação na upa não tinha coordenador, uma confusão lá na enfermaria, uma confusão, ninguém sabia, eu não sou de dar carteirada em lugar nenhum... Eu fiquei na minha, quando uma senhora que estava fazendo limpeza a viu, que eu estava lá ela falou: "O Vereador, o que o Senhor está fazendo aqui?" Aí negócio mudou do dia para noite. Mauro, sem brincadeira nenhuma, mantém um senhor de mais de 70 anos de idade quase 10 horas sem comer é um crime, deixar que crianças morram lá na Santa Casa por falta de unidade neonatal é criminoso. Deixar um paciente que tem dificuldade para se locomover, sem transporte como esse indivíduo a esse tal de Pedrinho que está coordenando transporte fez com nossas pessoas, com os nossos irmãos queridos de Mogi Mirim é um crime. Exame clínico, Mauro, a demora que está tendo, pelo amor de Deus, Cristina você que está representando aqui hoje a saúde, eu estive lá no CAPS IJ conversando com o Neuro, dei sorte de encontrar o Neuro lá, ele falou: "Como que eu vou laudar uma criança se a prefeitura não faz uma tomografia e não faz um eletroencefalograma? Eu preciso desses exames".

Você sabe, Mauro, que eu tenho um filho autista, o médico pediu o Neuro pediu um otorrino, o exame de otorrino dele, pediu um exame de oftalmologia, pediu um exame neurológico, um eletroencefalograma, do que adiantou tudo isso, Mauro? Sabe, secretária de saúde, representante, né, então... Eu digo uma coisa: "Como que as pessoas tomam uma decisão de rescindir o contrato com uma pessoa que trabalha mais de 40 anos na cidade sem fazer todo um processo de sindicância, fazer um levantamento e dar um direito da pessoa se defender ao contraditório porque está lá no código penal que todo o cidadão brasileiro, e garantido pela constituição, têm direito ao contraditório, e simplesmente vocês, uma empresa que ficou aqui menos de três meses simplesmente mete uma justa causa em cima da pessoa como se fosse uma justa causa, e a integridade dela como profissional de medicina, isso tudo é muito estranho acontecendo em Mogi Mirim, né?" Então, eu digo assim, viu Mauro, eu digo assim: "Evidências e números e fatos constatados como a nossa querida vereadora Lucia Tenório colocou - Ela é médica, ela fez o parto dos meus dois filhos - Ela e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 44/24

Folha Nº 62

Doutora Maria Alice, você entendeu? E eu digo uma coisa pra você, Mauro, bem sério mesmo, tá? Esses médicos eles adquirem adquire uma expertise, uma experiência de tomada de decisão em momentos emergenciais que os novos que estão hoje aí no mercado não têm, tá? Então eu acho que fazer a demissão, eu acho não, eu penso que fazer a demissão de uma médica profissional, altamente capacitada, poderia até ser conversada e negociado, mas não da forma que foi feita, sem direito ao contraditório. Nenhum ser humano deve ser desligado, deve ser punido sem direito ao contraditório. Segundo tá? Pra eu finalizar a minha fala: "Administrar não é fácil, não é fácil" tá? Só que eu digo assim, o maior administrador do mundo, ele não agia com a força no pescoço das pessoas. Através da palavra de amor, da compreensão, até hoje ele é admirado no mundo, ele é seguido por milhões, bilhões, trilhões né? Então eu digo assim. E isso que tá acontecendo dentro da Santa Casa é grave, porque a prova cabal disso é a demanda que nós estamos recebendo lá de fora. É a população que tá nos procurando. Se ela não estivesse procurando estaria tudo maravilhoso, tá? E eu vou falar um negócio sério para você, Mauro. Rui Barbosa dizia o seguinte: "não se impressionem com os cabelos brancos porque os canalhas também envelhecem" E eu estava em 2009 aqui nessa casa e eu estive dentro da Santa Casa fazendo uma auditoria e eu não consegui pegar o fluxo de caixa da Santa Casa na minha mão, eles encheram uma mesa de papel para me enrolar, sabe? Mas o fluxo de caixa... E outra coisa, a maioria das dívidas da Santa Casa prescreveram, tá? Eu entendo, tá? Mas os caras, as pessoas não querem nem saber mais, Mauro.

Mauro Nunes Jr.: Quem entrou com ação não tem a prescrição.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu conheço, Mauro, eles sabem, eles perdoaram já. Eu sei, a Santa Casa recebendo uns 6 milhões de reais, como o presidente hoje dessa audiência pública. A Santa Casa, eu vejo que recebendo 6 milhões de reais e sendo administrada dessa forma é um absurdo, né? Mas é o seguinte, eu não vou me entender mais porque eu sei que tem criança aqui no plenário aqui, a gente precisa... Então queria iniciar aqui então a questão dos CAPS, tá? Bom, eu queria perguntar para a nossa secretária interina Cristina Apus, né? Uma pergunta: O município de Mogi Mirim celebrou o contrato de prestação de serviços com a Instituto Jurídico para a efetivação da cidadania e saúde, né? Avante social e o objeto do contrato de gestão foi: Gerenciamento operacionalização, fornecimento de mão de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

obra, execução de ações e serviços de saúde mental. CAPS álcool e drogas, CAPS II, CAPS infantil e residencial e residencial terapia, em lote único em caráter complementar no âmbito da rede de saúde do município de Mogi Mirim - São Paulo, tá? Ai eu vou deixar para qualquer membro aí da Avante, né? Que me responda, por gentileza? Gostaria que a pessoa que for responder se apresente e fale o nome. Quais os profissionais especializados a Avante Social têm que manter conforme o contrato para atendimentos nos CAPS para os autistas? E eu pergunto: O quadro hoje está completo?

Representante Paulo Henrique Régis: Olá, boa noite a todos e boa noite a todas, como eu disse anteriormente, meu nome é Paulo Henrique Régis, se o senhor quiser anotar aí. É... Eu não tenho, não sei se é Solange aqui pode dizer exatamente quais são os profissionais exatos agora, respondendo o final da sua pergunta: o quadro só não está completo por falta da fono, os demais estão completos, quadro totalmente completo.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim... É... Ontem, antes de ontem, eu estive lá no CAPS IJ, O senhor tem conhecimento?

Representante Paulo Henrique Régis: Tenho conhecimento que o Senhor esteve terça feira e ontem, dois dias.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: No momento que cheguei lá, eu perguntei sobre a psicopedagoga, a terapeuta ocupacional, eu fui informado que já tinha a terapeuta na terça não trabalha e que a psicopedagoga já tinha terminado o expediente dela lá. É isso mesmo?

Representante Paulo Henrique Régis: Talvez no horário que o senhor chegou lá sim.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ela pode responder, pode responder. Como é que é o nome da senhora?

Solange Amorim: Solange. Solange Amorim. Dentro do nosso plano de trabalho não temos essa profissional, tá? Psicopedagoga, e a TO ela tem o horário que ela cumpre sim, ela é cedida pela prefeitura, nós não conseguimos contratar também TO por ser difícil a contratação, não conseguimos encontrar essa profissional, ela tem carga horário, que teria que ser 6 horas, faz 6 horas por dia que dá 30 horas semanais.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim. Não é fundamental ter uma psicopedagoga lá no CAPS para atender os autistas e fazer o intercâmbio com os professores?

Solange Amorim: Então, na verdade a gente tem vários profissionais tá? A gente tem educadora social junto com a artesã que faz um trabalho sobre isso também e a TO também ajuda nessa parte, entendeu? E na verdade a prefeitura também tem o CEMAAE, não sei se vocês conhecem, tá? CEMAAE e a gente tem uma parceria junto com eles, eles são da prefeitura, eles encaminham a criança autista pra gente também, e quem fica na parte da educação tomando conta das crianças autistas são o CEMAAE, a gente têm uma parceria junto com eles.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim.

Patrícia Regina Coggi: Magalhães, posso fazer só uma complementar a resposta? Quando a gente fala da parte da saúde, esse profissional não está dentro do escopo das legislações da saúde, por isso que não constou no termo de referência e não tem no rol de profissionais que a gente contratou com eles.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Se foi a, a Avante Social foi contratada para atender vários segmentos, né...

Calma...

Calma...

Só um minuto só...

Pera aí, pera aí, só um minutinho. Vamos organizar... quê? Não eu... Olha, vocês podem... Eu vou falar uma coisa aqui... Eu não estou aqui pra fazer marketing político só quero falar isso. Deixa, calma que nós vamos chegar e... Olha são nove horas, a gente tem mais uma hora, eu tenho que manter a organização aqui porque a audiência está escrita lá, tá. Pode xingar, pode falar o que quiser, mas eu vou manter a ordem. Não me interessa, eu vou manter a ordem aqui no plenário...

(Plateia tumultuando o plenário)

É o seguinte... Olha... Eu sou autor de muitos projetos... Pode me xingar, não tem problema... É... Agora, eu quero perguntar pro representante da Avante: "Seu representante da Avante, vocês receberam quantos valor financeiros do município, qual valor que senhor recebeu? Desse referido contrato, qual foi valor que o senhor recebeu?"



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Representante Paulo Henrique Régis: Nós recebemos 497 mil reais por mês e nós estamos recebendo desde novembro, só que novembro como nós implantamos os projetos no final do mês, foi proporcional.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Sim. Vereadora Joelma, a senhora quer fazer a apresentação sobre os números?

(Vereadora inicia falando sem o microfone...)

Vereadora Joelma Franco: Pessoal, só um minuto, por gentileza... Eu entendo a objetividade do Magalhães, mas eu vou pedir a gentileza do senhor, Magalhães, nem que for pros vereadores falarem por último, em um tema tão delicado, eu vou pedir a gentileza, eu fico aflita porque eu sei que as vezes tem crianças aí na plateia, quer dizer, tem aí crianças no plenário, então, deixa as meninas falarem um pouquinho.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: O Joelma, nós vamos abrir pra elas falarem agora o que eu tentei entender, porque é o seguinte... Ele fez uma afirmação de quanto que ele recebeu até agora, então a Nair tá com a documentação lá, ela tá sabendo das coisas e ela aí falar, e você também tem, então, eu quis primeiro ouvir o que ele tinha pra falar, tendeu? Pra se vocês têm o valor pra contradizer: Foram dois milhões e pouco que vocês receberam, não foi? Até agora.

Representante Paulo Henrique Régis: Sim, basta fazer a conta, exatamente.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Dois milhões, porque eu puxei no Portal Transparência e eu vi lá, tá? Nair, pode falar, fica à vontade. Liga o microfone, por favor, Nair.

Nair: Entendo que não está no contrato, tá? Eu acho que isso a gente tem que ser claro, porém, educação não faz parte do atendimento de vocês, então, por que a parceria com o CEMAAE e usar um espaço que é da educação?

Solange Amorim: Talvez você não entendeu minha colocação, tá? Não é usado o espaço, a parceria é no sentido assim, as crianças passam lá no CEMAAE e ela nos encaminhou, ela pode até falar um pouco sobre isso né, a gente fez uma parceria assim. Ela encaminhando criança que estavam lá, que assim, quando a gente pegamos esse serviço a gente pegou uma listagem de crianças que precisava passar por acolhimento e atendimento médico, a Dani Antoniete que me passou que tinha por volta de umas 100 crianças, essas crianças a gente foi através de ligação telefônica a gente não conseguimos todos esses contatos dessas crianças, daí a Edna que é do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CEMAAE veio e me encaminhou uma numeração de crianças que passava com ela e que precisava passar pelo CAPS IJ, eu acho que talvez você não entendeu minha colocação.

Nair: Então corrigindo a minha colocação... Nesse momento é importantíssimo que as mães tenham atendimento, eu sempre fui a favor disso, mas a prioridade de atendimento são as crianças, que já perderam muito tempo até agora, não que as mães não precisam, vocês podem afirmar isso, mas a prioridade seriam as crianças, vocês não estão fazendo isso, né?

Representante Paulo Henrique Régis: Bom, vamos começar. Então de início, só queria esclarecer isso. Diante do que foi pedido na, no dia lá da tribuna, é... Tá constando documento que vocês encaminharam aqui pra câmara, vocês que mandaram: A CI.

Nair: Tá pedindo a respeito do alvará de funcionamento, que vocês não mandaram nada nem sequer, uma cópia da solicitação do alvará. EM relação aos pacientes que utilizaram o transporte, vocês mandaram uma relação dos pacientes que estavam utilizando o transporte, porém, vou ler exatamente o que vocês escreveram na íntegra, tá? Resposta suas:

“Todavia se fez necessário um pedido de ajuste por constar informação de endereço divergente da atual CAPS o processo de liberação se encontra em fase de concepção, fato esse que possibilita a dar continuidade dos pedidos de alvarás e solução definitiva do tema”

Continuando.

“Aproveitamos o momento para enviar-lhes documentos comprobatórios de abertura de CNPJ'S anexos. Transporte”.

Importante salientar que a implantação dos projetos ocorreu entre novembro e dezembro no contrato que foi realizado em novembro consta que vocês teriam 30 dias para começar a executar o que foi contratado, certo? Aqui olha, vocês mesmos escrevem;

“Em 2023 e que em momento algum os atendidos foram desassistidos de transporte, o próprio município demonstrando total parceria disponibilizou por tempo determinado o transporte, sendo que este assumido integralmente pelo instituto Avante no final de abril”



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 44/24

Folha Nº 67

Então me responda, vocês já receberam, tá? Eu tenho o valor que foi recebido por vocês até o momento que foi de R\$2.557.667,92. A prefeitura bancou o transporte, vocês vão ressarcir o município deste dinheiro? Porque a prefeitura está pagando pelo serviço e presta o transporte? Vocês vão devolver para os cofres públicos esse dinheiro?

Representante Paulo Henrique Régis: Nair, né?

Nair: Sim

Representante Paulo Henrique Régis: Legal, deixa só eu fazer um apontamento sem responder essa sua última colocação, sobre o CNPJ de fato nós tínhamos que fazer um ajuste. Recebemos hoje o CNPJ do ajuste que deveria ser feito do CAPS AD, inclusive recebemos hoje também o alvará parcial, tá, então a gente tem toda essa documentação.

Nair: Então você por favor já deixe entregue isso hoje.

Representante Paulo Henrique Régis: Sobre o transporte, sobre o transporte de fato foi entendido pela secretaria e foi sim uma parceria que assim que a gente trabalha que eles pudessem fazer até que tudo se amparasse e da parte financeira eu quero esclarecer totalmente para os munícipes aqui que certamente todo e qualquer dinheiro não utilizado no plano o qual nós estamos gerenciando, será devolvido aos cofres públicos do município, absolutamente.

Nair: Nós queremos ver isso no Portal Transparência, no mesmo lugar que foi pego pagamento de vocês, a devolução, que entre isso para os cofres públicos.

Representante Paulo Henrique Régis: Tão logo isso seja feito, vocês terão acesso, agora vale ressaltar até para os munícipes entenderem, o nosso plano de trabalho, nós temos um ano para executar, eu posso entregar esse dinheiro de forma gradativa ou posso entregar, isso por lei, eu posso entregar no final do projeto, então vocês podem não enxergar isso agora e podem enxergar no final do projeto, mas certamente será devolvido.

Nair: Tá, continuando, é rápido tá, é possível verificar pelos documentos anexo o controle logístico de utilização do transporte salvo o transporte do CAPS IJ que está sendo realizado pela secretaria da saúde, de novo, a prefeitura, onde que fica? E nós assumimos dia 16 de maio.

Representante Paulo Henrique Régis: Perdão, você pode repetir por favor?



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nair: Tá, então de novo esse CAPS IJ vocês estão utilizando a prefeitura duas vezes, paga para vocês pelo serviço e presta serviço para estar colaborando, então o dinheiro nosso vai duas vezes para a mesma empresa.

Patricia Regina Coggi: Paulo, posso responder. Nair, posso responder não é o Paulo, mas a gente não está repassando o dinheiro da rubrica de transporte, então se vocês quiserem amanhã eu peço para o pessoal da Secretaria da Saúde encaminhar a documentação do desconto.

Nair: Bom, isso é uma parte do transporte que eu acho que ficou clara porque até o momento praticamente quem bancou o transporte foi a prefeitura e mesmo assim pagando pela prestação do serviço deles. Aqui também tá escrito...

Solange Amorim: Ô Nair, dá licença um pouquinho só corrigindo, a gente tá tendo transporte sim agora, todas as unidades...

Nair: Agora, a partir do dia 16 de maio.

Solange Amorim: Temos, temos carro e motorista.

Vereador Marcos Gaúcho: Isso eu tenho que falar, eu não aguento. Ô Paulo Henrique, o transporte não tá sendo feito, eu acabei de na casa um paciente no jardim Brasília pegar uma cadeira, falou, ele nem sabia que eu era vereador porque eu não falo, "Ô eu tenho que levar minha mãe no CAPS porque não tem transporte", falei "por quê?" "Porque venceu o contrato", eu levo na casa dela. E tem uma amiga minha que mora no Terras de Mogi, tem uma moça que sai de lá a pé para ir até o CAPS, eu levei uma paciente de madrugada antes de ontem, foi maltratada, ela tem problema essa moça, a criancinha dela também tem problema e já que você citou, Magalhães, do Pedrinho, gerente de saúde que pra mim nem na porta da saúde ele passava, ele negou transporte para o CAPS porque falou que é avante que ia fazer e não faz. O AME, aí deu, eu tive que quebrar o pau para voltar, hemodiálise porque ia em Mogi Guaçu porque ia no Hospital São Francisco, particular, tive que quebrar o pau, tem também o AMU, aqueles pacientes que é cego, foi cortado e tem mais uns outros cliente que foi cortado então me desculpa aqui a minha franqueza, Pedrinho da saúde, eu pra mim nem na porta da secretaria da saúde passava, aquilo lá tá estragando tudo, eu mandei antes de ontem arrancar aqueles tubos de oxigênio Magalhães, lá onde ficava motorista misturado, porteiro, depois amontoou tudo lá dentro, então o Pedrinho da saúde tá estragando tudo, tá na hora de arrancar esse rapaz de lá, ele



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que é trabalha tudo com transporte e não vem falar que tá fazendo transporte do CAPS que não tá.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Nair, prossegue por favor.

Nair: Bom, dando continuidade tá, só mais umas duas perguntas. Sim, então olha, a questão do transporte ainda, na minha concepção não está resolvido, vocês estão recebendo ajuda da prefeitura e mais o pagamento por ele. Mas tudo bem, vamos para o próximo.

Patricia Regina Coggi: Então, eu vou falar de novo que nós não estamos repassando dinheiro e amanhã eu vou mandar a comprovação pra vocês.

Nair: Tá bom, amanhã tá, não demore aí o tempo que vocês demoraram pra mandar essa documentação agora.

Vereadora Joelma Franco: Patricia, você está trabalhando na Santa Casa e está trabalhando na Secretaria da Saúde?

Patricia Regina Coggi: Eu estou trabalhando na Santa Casa, mas a prestação de contas desses serviços a gente conversa nas nossas reuniões de equipe, então quando estou na reunião de equipe eu sei.

Vereadora Joelma Franco: Então você também pode estar respondendo, perfeito. Obrigada.

Nair: Só continuando, aqui é processo de prospecção de profissionais que foi cobrada a falta de profissionais, vocês mandam aqui junto à documentação a divulgação que vocês estavam procurando os profissionais, agora me responde por favor Senhor Paulo Henrique, o senhor tem um contrato tá a ser cumprido, tem todas as cláusulas, o senhor não sabia que o senhor precisava desses profissionais para assumir o trabalho? Primeiro o senhor assume sem profissional nenhum. Era para estar tudo em ordem no início de dezembro. Já se passaram 7 meses e vocês já receberam uma pequena bagatela de quase 3 milhões que vocês vão levar embora dos cofres públicos...

Representante Paulo Henrique Régis: Não levaremos.

Nair: E outra coisa... Não, deixa eu terminar, deixa eu terminar. Então assim se vocês assumem um contrato e vocês não colocam a mão de obra, sinto muito, vocês não estão comprando o contrato, certo? Terapeuta ocupacional é da prefeitura de carreira,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de novo a prefeitura bancando o serviço para vocês de novo. Ninguém está vendo, mas está aqui tá? Certo? Então assim mais um erro tá? Seus

Representante Paulo Henrique Régis: Posso responder à questão do profissional?

Nair: Pode

Representante Paulo Henrique Régis: Assim como dito na outra reunião não é uma particularidade do instituto avante, as demais OS 's inclusive no próprio município também não possuem fono e encontram dificuldade para encontrar.

Nair: Mas só que quando o senhor assumiu o contrato, o senhor sabia de todos os profissionais que o senhor precisava.

Representante Paulo Henrique Régis: Claro que sabíamos.

Nair: E até o momento passando 7 meses estamos sem, entendeu? As mães esperando, portanto, vocês falam que vocês têm o atendimento, me explica qual a qualidade lá em Belo Horizonte, porque aqui em Mogi Mirim isso não é qualidade de atendimento, sinto muito, mas não é, certo?

Representante Paulo Henrique Régis: Posso pedir a palavra?

Nair: Não, deixa eu terminar. Agora, o contrato foi assinado no início de outubro, tá, junho, 7 meses, julho todas as mães aqui sabem é recesso escolar, muitas não vão no atendimento. Resta agosto, setembro, outubro, em três meses que eles vão estar colocando profissionais acredito que sim eles levam 6 milhões do município embora, sem atendimento nenhum por completo para nenhuma criança do CAPS, autista principalmente, nenhuma, as mães aqui de testemunha, pergunte para qualquer uma delas se todas as crianças estão tendo atendimento em todas as áreas, e outra coisa, Marcela você agora, agora eu quero que você me explique ainda em relação aos profissionais a parte dos médicos, por favor.

Representante Paulo Henrique Régis: Vou pedir a palavra rapidamente só e até solicitar como na outra reunião que nós tivemos a gente falou que as portas estão e continuarão abertas para as mães que aqui estavam, mas absolutamente nenhuma compareceu ao CAPS, eu gostaria de pedir a vocês mães que estão aqui, e o compromisso obviamente de demonstrar a qualidade de serviço, a qual de certa forma vocês porventura não estão vendo, que o meu querido enfermeiro Diego que está ali com uma prancheta possa passar a vocês e vocês preencham com o nome completo, telefone, no nome do filho, nós entraremos em contato com vocês para prestar um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

serviço personalizado, então é um compromisso. Então por favor passa a prancheta para elas preencherem. E também só um adendo rápido, aí eu te dou a palavra, me perdoe, acho que falta um pouquinho de propriedade na questão financeira. Absolutamente qualquer dinheiro não utilizado será devolvido aos cofres públicos.

Vereadora Joelma Franco: Senhor Paulo, o dinheiro pode ser devolvido só que o tempo para essas crianças não devolve mais, a gente contratou em outubro de 2023 um contrato que o senhor deveria estar redondo, é isso que as mães estão clamando. Não é só a parte financeira. Não é só a parte de você ficar emprestando funcionários do município e desfalcando a rede. É muito mais, é o desenvolvimento das crianças da cidade. Se o senhor não consegue organizar um carro se o senhor não consegue organizar Alvará da vigilância sanitária como é que o senhor vai tocar um serviço dessa propriedade? É isso que elas estão questionando. E cada hora uma situação, uma desculpa.

Representante Paulo Henrique Régis: Não é desculpa o serviço está sempre prestado.

Vereadora Joelma Franco: Está sendo prestado?

Representante Paulo Henrique Régis: Eu peço a ele... ligaremos para todas vocês e daremos um trabalho personalizado.

Nair: Gente só para completar... Só para completar a minha fala

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A Nair está com a palavra, pode falar. Nair continua por favor.

Nair: Gente, quem que está respondendo pela Clara mesmo?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Cristina Pulz.

Nair: Cristina, só mais uma pergunta. Isso é um desabafo até tá? E assim, em relação a todos os vereadores que estão aqui. A gente sempre briga muito pela questão do orçamento impositivo. Porque todos os autistas, a grande maioria estão sem laudo e não só os autistas. Eu sou professora de sala de e existe assim na minha sala, um aluno laudados, nós atendemos porque nós temos pena, a gente ajuda as crianças entendeu e as famílias, porque nenhuma criança tem laudo. Então isso me parece que é assim, a secretaria não quer realmente laudar as crianças porque se a criança tem laudo, ela vai no Ministério Público, o Ministério Público determina o atendimento. Então não é interessante laudar, entendeu? É isso que vocês estão nos passando. E



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outra coisa, orçamento impositivo, vai para a saúde já, metade do orçamento impositivo de todos os vereadores vai para a saúde, a outra metade vocês mandam para quem vocês querem. Agora dinheiro que vai para a saúde, vocês repassarem para a Avante, um dinheiro que é do município entendeu? Passar pra Avante como forma de pagamento eu tenho o número da CI, são três orçamentos impositivos que foram passados agora no mês de junho.

Cristina Pulz: Perdão, esses orçamentos impositivos, eles foram para os serviços socioassistenciais, eles foram para os serviços de abrigo, tá aqui os valores e realmente foram repassados, pelo vereador Tiago Costa, pela vereadora Joelma e pelo vereador Marcos Segatti.

Nair: Só que esse tipo, isso que vocês têm que nos responder, porque assim, pelo que eu entendo, o tratamento da saúde que a gente tá colocando...

Cristina Pulz: Não, não, esse impositivo não é da saúde, esse impositivo faz parte da assistência...

Nair: Não é? Então tá, então tá bom. Porque a gente...

Cristina Pulz: E eu acho que são, Cintia vê se me lembro, ou Lucimara, acho que são dois para aquisição de equipamento e um para custeio que são para os acolhimentos, não é recurso da saúde não, não é impositivo dos 50% da saúde, está aqui ó, tá?

Nair: Certo, agora, infelizmente não tem ninguém do jurídico aqui da prefeitura que eu acho que deveria estar, temos mais do que motivo para que o contrato com vocês não fique até o final.

Cristina Pulz: Ô Nair, posso dar só uma palavrinha? Eu acho que eu pego a fala do Magalhães quando ele começa a falar sobre administração pública e depois quando ele fala do contraditório...Nair, tá me ouvindo? Quando ele fala do contraditório. Todo processo de contrato, de termos de colaboração, de termos de fomento, eles passam, é feito, apresentado um plano de trabalho, o plano de trabalho, ele é aprovado. A entidade seja qualquer uma dela Nair, e seja na saúde acho que a Patricia fala melhor da saúde, mas na assistência, na educação, no esporte eles seguem o mesmo trâmite. A entidade ela vai prestar conta mensalmente. Ela presta conta a equipe de cada secretaria que é feita de servidores, não é feita por mim ou pela Clara ou pela dona Ana, é feita por servidores. Eles fazem a conferência e é, quando existe algum recurso que o servidor entendeu que não foi utilizado de forma adequada enfim, é feito pedido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de justificativa porque é o que o Magalhães fala, ele fala da questão...viu, Nair? A entidade tem o direito do contraditório. A gente, o servidor pode aceitar ou glosar e aí solicitar a devolução do recurso. A gente discute muito isso com jurídico e eu acho que é bacana conversar com o Gerson que ele acompanha melhor os nossos termos, ele sempre pede para que as equipes avaliam, tem dano ao horário? Se houve a devolução não há que se mais falar nisso porque houve a devolução. Então não dá para fazer um rompimento de contrato dessa forma, então assim, existe uma equipe dentro da Secretaria de Saúde que faz o monitoramento do plano, existe uma profissional servidora que faz análise dos documentos e que vai pedindo as justificativas, aceita ou glosa e essa revisão em qualquer plano é feita na renovação. Então quando chega, aí eu acredito que vale a pena...

Nair: Eu entendo o que você está falando só que durante um ano fica essa equipe toda, não cumprindo com aquilo que foi assinado no contrato e a população pagando e sem atendimento Chris, você me desculpa, mas é isso.

Cristina Pulz: Nair, assim ó, o que eu tenho, estou entendendo é que a ausência que existe é de dois profissionais de TO e de fono.

Nair: Fora às vezes que as mães têm o horário marcado e ligam desmarcando. Tá? Ó presta atenção, ou chega no horário de atendimento marcado, o profissional não se encontra, ou vão buscar a criança na casa mais de duas horas atrasado. Então assim, não está acontecendo de fato os atendimentos, Cris, pode ser que lá no teu setor de assistência seja perfeito, mas no CAPS IJ não está acontecendo. Então assim eu não sei onde vocês vão buscar a justificativa porque quem está vivenciando o problema sabe falar com segurança que os atendimentos não estão acontecendo, que são as mães, então eu não estou aqui mentindo para vocês e vocês estão recebendo por isso.

Cristina Pulz: Eu não acredito, e de verdade Nair, entendo a sua posição porque fazemos a defesa de serviços públicos de qualidade e somos servidores

Nair: E eu vou te falar mais uma coisa, infelizmente as equipes que fazem essa fiscalização, que monitoram quanto gastou, se tá acontecendo, se não tá, são cargos de confiança do prefeito e ninguém abre a boca para falar nada, o que vê demais, não fala, você sabe disso. Olha, é isso que eu tinha para falar.

Cristina Pulz: Nair, vamos de novo, vamos de novo, quem é a gestora do contrato dos CAPS na Secretaria de Saúde é a Lilian que é servidora de carreira.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nair: Eu estou falando com você de se tem uma equipe, por exemplo a pessoa que participou junto para fazer o contrato tudo em relação à Avante, cadê essa pessoa? É você? Não é. Então falo, a pessoa não participa das coisas, então ela sim deveria prestar conta de tudo que está acontecendo, mas a gente não vê isso, a gente só vê falta de atendimento, é isso que está acontecendo. E o pagamento saindo porque quem quiser acompanhar o pagamento é só entrar no portal Transparência que está lá tudo que eles estão recebendo. E vão lá para ver o que que eles estão fornecendo em troca de atendimento. É muito claro isso, é só entrar no portal Transparência, não é escondido de ninguém, então a gente não está falando mentira nenhuma aqui. Então se você puder prestar conta e colocar todos os atendimentos em dia para começar a funcionar por exemplo, segunda-feira, a gente agradece, ou você vai esperar mais um mês, dois três para contratar uma fono, para contratar um psicólogo para contratar o que está faltando lá dentro? Isso para mim como disse, não é atendimento de qualidade. Sinto muito Paulo.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigado Nair. Marcela, pode fazer uso da palavra. Qualquer pessoa para falar tem que estar inscrito aqui que é um regimento interno da Câmara. Então agora com a palavra Marcela que está inscrita. Por gentileza Marcela pode falar.

Marcela: Tá, antes de fazer qualquer questionamento aqui eu quero deixar claro uma coisa para todo mundo que está aqui presente tá, os serviços que estão sendo prestados no CAPS IJ para os autistas não são especializados e vocês estão enganando a população vocês estão enganando os pais e estão prejudicando as crianças de uma forma imensurável, não tem reparo, esse tempo de tratamento não especializado que as crianças não estão tendo e vocês dizem que fornecem lá no CAPS IJ. As crianças não têm, nós que somos mães de autistas nós temos conhecimento de que tem um tempo determinado, um programa individualizado, não é assim, bota criança lá pinta um quadro de tratamento para autismo, meia hora de tratamento para autismo, não é, não funciona. Então a minha pergunta é a seguinte: Qual que é o tempo fornecido semanalmente de terapias para as crianças e com quais profissionais?

Solange Amorim: Marcela né? Marcella é assim, nós temos psicóloga, as crianças autistas passam com psicóloga, quando sai da psicóloga, passa com a TEO também



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque nós a temos, mesmo que seja excedido ou não mas passa por ela, e a gente tem educadora social, mais artesã que passa também pelas oficinas. Então juntando isso não é meia hora que vai.

Marcela: Quanto tempo com cada profissional? Essa é a pergunta.

Solange Amorim: É meia hora.

Marcela: Totalizando no dia quanto tempo?

Solange Amorim: Uma hora e meia, mais ou menos.

Marcela: Semanalmente?

Solange Amorim: Depende da avaliação.

Marcela: Em média.

Solange Amorim: Tem caso. Já tivemos, agora eu não estou falando sobre autista, estou falando sobre outro diagnóstico. Depende das situações, tivemos jovens lá que precisou passar com a gente mais vezes, se tornar semi intensivo, três vezes na semana, criança, tentaram suicídio, quando é caso de ficar meia, meio período com a gente, três vezes na semana vai também, a gente faz isso também.

Marcela: Tá, mas no caso a gente tá, eu tô questionando sobre os autistas, entendeu?

Solange Amorim: Se for avaliado pela equipe toda que precise mais vezes irá mais vezes.

Marcela: E tem alguma criança que faz esse tratamento semi intensivo lá dentro do CAPS IJ no momento?

Solange Amorim: Nesse momento não.

Marcela: Ah tá, então deixa eu partir para a minha segunda pergunta aqui. Tendo em vista que há estudos científicos que apontam que é a eficácia das terapias está diretamente relacionada ao número de horas semanais que giram em torno de 20 a 40 horas, vocês podem afirmar que esse tempo disponibilizado por vocês é suficiente para um bom prognóstico? Quem que vai responder?

Solange Amorim: Foi. Existe uma avaliação médica e multidisciplinar para daí sim ter um diagnóstico e dizer quanto tempo precisa para atender esse paciente.

Marcela: Tá, mas é como ela mesmo disse, não tem nenhum paciente lá com o autismo em tratamento semi intensivo, isso que eu falei aqui não sou eu mãe Marcela que está falando, é um estudo científico, uma hora e meia de tratamento para autista por semana não é tratamento, não é tratamento, as mães estão perdendo tempo de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

levar essas crianças lá, porque lá é mais o que, “vai lá pintar o quadrinho”, é uma recreação, agora falar que vocês estão fornecendo atendimento especializados para os autistas, isso é mentira.

Alessandra: Também não sei se vocês sabem o autista precisa passar por tratamento especializado, no mínimo de 10, 20 horas, quem determina isso é um médico neuro que não tem na rede e se ele fizer, tiver fazendo esse tratamento com profissionais que não são qualificados, por exemplo, seus psicólogos são formados em análise do comportamento, ABA por exemplo, que é uma ciência comprovada que tem eficácia? Seus profissionais são formados nessa, em ABA?

Solange Amorim: Na verdade, sei sim tá, para quem está falando que eu não sei tá? Desculpa aí tá, só que assim, ABA vocês não sabem é um tratamento que é feito em casa, várias horas.

Alessandra: Não é. Aí você vai discordar porque eu sou uma profissional formada em ABA pela CBI of Miami, eu tenho competência para falar sobre o assunto. A ABA, existe, pode ser feito em qualquer lugar, ABA, existe dois ABAS, não sei se você sabe, o naturalístico que é o Denver, que então geralmente já tem feito em criança e o ABA que se pode ser feito não existe ABA, que fala que... ABA pode ser feito aqui com essa criança agora, aqui se eu quiser eu faço o ABA com ele, não sei se você sabe, então primeiro, você pode falar mas me responde com clareza.

Solange Amorim: O que eu sei, como coordenadora e plano de trabalho, é assim, funciona assim, dentro do nosso plano de trabalho, quem contratou, como foi, isso foi avaliado por vários profissionais para chegar, aceitar esse plano de trabalho, foi decidido por outras pessoas que não cabe a mim.

Alessandra: Você sabe que se os seus profissionais não forem qualificados em vez de eles ajudarem a criança eles podem piorarem? Então se não tem profissionais qualificados...

Solange Amorim: Sei, sim, inclusive quando você diz que não tem neuro você não está informada também, nós temos neuro.

Alessandra: Agora você fala do neuro aí...

Marcela: Tá, então, deixa eu voltar aqui, uma questão, há uma divergência de informações quanto a especialização dos médicos, Doutora Daiana, aparece na escala



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de trabalho do CAPS II como psiquiatra e na escala do CAPS IJ como neuropediatra, qual que é a especialização dessa médica?

Solange Amorim: Na verdade, ela tem as duas, ela é tanto pediatra, como, ela é pediatra neuro, ela tem especialização em neuro, eu tenho como comprovar e até dar para vocês

Marcela: Mas vocês enviaram para a doutora Joelma, que ela pediu esse RQE comprovando a especialização dos médicos?

Solange Amorim: Eu tenho tudo, se precisar eu te envio tá? Eu te envio.

Vereadora Joelma Franco: Nós fizemos um ofício para a Avante, foi por exemplo, estive nessa tribuna. Foi solicitada há mais de três semanas o RQE desses especialistas e não chegou a nenhum vereador e logicamente a gente faz uma análise técnica junto ao conselho regional de medicina e não existe a especificação para os médicos colocados pelo CAPS para o tratamento das nossas crianças, inclusive a médica em referência fez de verdade uma faculdade fora do Brasil.

Solange Amorim: Eu tenho aqui tudo que vocês precisarem, a especialização de cada um.

Vereadora Joelma Franco: Não, a única especialidade que eu quero é a funcional para a capacitação das crianças dentro do contrato pago pelo município e se não estiver dentro é rescisão contratual.

Solange Amorim: Tá aqui, e eu temos neuro também, tá? O neuro começou faz pouco tempo, tinha a Doutora Daiane tá, e ela é psiquiatra e ela realmente atende lá no CAPS II e tem especialização em neuro também, inclusive as crianças autistas a gente tá separando que eu tenho outro psiquiatra que é o Doutor Marcelo, ele não atende as crianças autistas, quem atende é o Mauricio que é o neuro e a Doutora Daiane que tem especialização, tá, em neuro.

Vereadora Joelma Franco: Ela tem especialização em neuropediatria.

Marcela: E porque vocês não enviaram esses documentos para a vereadora quando ela pediu?

Solange Amorim: Então, eu não sei qual foi o período gente que foi o período que foi solicitado.

Marcela: Foi o mesmo período que vocês enviaram esse monte documento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Solange Amorim: É, eu não tava aqui então eu não sei te dizer, tá? Eu tava na outra reunião então eu não sei te dizer.

Marcela: Foi no dia, se eu não me engano, 13 de março, se não me engano, mas um responsável estava presente o que está aí do seu lado.

Vereadora Joelma Franco: Esse é o problema, eu até quero entender a posição do senhor Paulo, se ele responde pela Avante ou se ele é um funcionário na empresa em Barueri, isso é muito importante, a gente saber quem é o responsável pela empresa Avante, porquê existe uma capacitação pra responder de verdade as informações aqui das pessoas que estão presentes.

Representante Paulo Henrique Régis: Eu sou um funcionário.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Vereadora Joelma, tá sendo gravada a ATA e se eles não tiverem poderes para estarem respondendo aqui eles serão responsabilizados, viu?

Representante Paulo Henrique Régis: Eu acredito que nós estamos respondendo. Eu sou um funcionário contratado para o Instituto Avante, responsável e respondo sim pelo o Instituto pelos projetos do Estado de São Paulo.

Marcela: Agora deixa eu te fazer uma outra questão: Ela falou que a Doutora Daiane já tenha especialização em neuropediatria, Doutora Joelma, Nair, estivemos presentes, seu Miguel, numa reunião do conselho municipal de saúde onde a própria Secretária de Saúde, a Clara, afirmou que a Doutora Daiane não tem a faculdade completa, ela estava se especializando, aonde há uma divergência de informação, não sou eu quem está falando, temos testemunhas aqui. E se ela não está nem formada, e se ela seja recém formada, como é que ela pode ter tanta especialização em tratamento pra autista?

Solange Amorim: Marcela né... Desculpa, Marcela né? Marcela, funciona assim ó, a gente tem um pessoal que toma conta da equipe médica tá? Eu sou coordenadora do CAPS faz pouco tempo então tinha algumas informações... Aí... Daí em resumo, algumas informações eu não tinha tá? Daí foi questionado realmente sobre a especialização dela, ela recentemente veio e me entregou essa especialização, agora eu vou ser bem sincero, o período que ela se formou ou não agora da especialização, eu não sei te dizer, tem que olhar aqui, mas ela tem aqui tá? Tá comprovando.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Marcela: Doutora, você não podia verificar isso depois pra gente, porque se ela é tão qualificada assim, ela não pode ser recém formada né? Sim... Porque eles falam qualificada, especializada...

Solange Amorim: É porque ela trabalhou no hospital com criança autista, viu gente?

Marcela: Mas independente disso, ela tem que ter essa informação para ela prestar o serviço.

Nair: Ela deve ter feito residência com algum tratamento de autista, mas até ai se ela é recém formada, você me desculpe, ela ter especialidade em psiquiatria e neuropediatria: Balela.

Marcela: E agora, para me finalizar minha última pergunta: É... Tem crianças... As crianças que possuem um laudo são reavaliadas no CAPS IJ?

Solange Amorim: Sim, é reavaliada.

Marcela: E por qual motivo as crianças laudadas já são reavaliadas? Para vocês descaracterizarem um laudo que elas já têm pra não terem que fornecer atendimentos?

Solange Amorim: Não, não necessariamente. Que que a médica me passou sobre isso? A gente sabe como que funciona a conduta médica, cada médico, eles têm que avaliar, o que acontece: existe muito laudo, sabemos que existe isso, sabemos que na saúde existe isso tem médicos neuro, por exemplo. Não tô falando que as mães que tão aqui fizeram isso, tá gente? Não tô acusando ninguém, pelo amor de Deus. Mas a gente sabe que tem neuros particular que são pagas consultas, nem avaliam a criança e chegam em diagnóstico, isso não funciona, a gente sabe que a criança tem que ser acompanhada.

(Plateia respondendo – Inaudível)

Solange Amorim: Não, bem, eu não tô falando de você querida, por isso que eu falei que eu não tô acusando ninguém, tá?

Marcela: Então, pera aí gente, deixa eu citar um exemplo então: tem uma mãe que está no nosso grupo, o filho dela laudado pela Unicamp por vários profissionais da Unicamp, essa mesma doutora Daiana colocou em xeque o laudo da Unicamp, qual a especialização ela tem para contestar um laudo da Unicamp?

Solange Amorim: Então, é aquilo que eu te falo, daí é conduta a médica, ela vai avaliar para ela fazer isso ela tem que ter certeza disso, então assim eu não tenho como



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

responder por ela, se isso foi feito a gente vai averiguar para ver o que está acontecendo.

Marcela: Entendi, não tem que ser averiguado né? Bom acho que me deixa ver enfim eu tenho que falar mais alguma coisa. Agora eu queria perguntar para quem está responsável pela secretaria de saúde, no dia 11 de setembro do ano passado o vereador Gebê, ele doou orçamento impositivo dele de 190 mil para a Fonte Viva laudar as crianças, essa mesma semana eu questionei o vereador sobre essa verba que a gente mãe está esperando esses laudos e ele só me respondeu assim "disseram que eu não podia mandar". Eu questionei o porquê ele disse que não gostava de polemizar que era para nós irmos à secretaria de saúde. Por que essa verba impositiva não pôde chegar a Fonte Viva para fazer o diagnóstico das crianças?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Quem responde?

Cristina Pulz: Marcela, você me perdoa, mas não...é de setembro do ano passado, eu não consigo saber sobre isso.

Marcela: A gente sempre vai embora sem respostas é normal

Cristina Pulz: O que eu posso me comprometer com você é... de identificar o que que aconteceu isso na Secretaria de Saúde e te passar.

Marcela: Tá, só um minutinho, se não consegue me responder. Ô Dona Arlete, dona Arlete, quantas crianças em média vocês conseguiriam laudar lá com esse 190 mil? Uma base só para a gente ter uma noção para a gente levantar esse assunto.
(inaudível)

Marcela: Três mil, mais ou menos, reais por criança. Certo. Sim, sim, sim, sim. E essa verba não chegou até lá, né? Tá, então agora para o responsável do CAPS IJ, quantas crianças vocês já laudaram no CAPS IJ desde que vocês começaram lá com os atendimentos?

Representante Paulo Henrique Régis: Então eu respondo por ela aqui porque ela me evidenciou aqui, ela não tem esse número de cabeça, pode passar, evidenciar aí que a gente traz a resposta para vocês. Toda e qualquer pergunta que porventura vocês não receberem a resposta, não fiquem gratas com a resposta, podem passar que oportunamente e rapidamente a gente vai remeter a resposta a vocês, via documento, ofício, etc.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Marcela: Então para eu finalizar...Quando você iniciou a conversa você disse que convidaria todas as mães para ir lá ter esse serviço de saúde, eu compareci no CAPS IJ, fui bem acolhida pela Jaqueline psicóloga, parece uma pessoa bem entendida do assunto, nós mães não temos nada contra os profissionais do CAPS IJ, a nossa briga é com a prefeitura, é com a gestão, é com o contrato e o seguinte, como o CAPS IJ pode me ajudar nesse momento? Eu fui lá, meus dois filhos precisam de fonoaudióloga e terapeuta ocupacional, com especialização em integração sensorial. Vocês têm esse profissional lá? Como é que vocês vão prestar esse serviço de excelência que você disse para qualquer uma que for lá, vai ter esse atendimento?

Representante Paulo Henrique Régis: Assim como dito anteriormente, nós só não temos a fono a qual nós procuramos insistentemente, reforço, não é um problema particular do instituto avante e sim das demais OS's, então por favor acho que você colocou o nome aqui, você será sim muito bem recebida...

Marcela: Não, eu já fui lá para mim não tem necessidade, porque os meus filhos precisam da especialidade que vocês não têm. Então não tem lógica eu leva-los lá.

Representante Paulo Henrique Régis: Não tem necessidade? Ah entendi.

Marcela: Entendeu? E sobre isso Cris. que você está representando, eu tenho dois protocolos abertos junto à Secretaria de Saúde desde março sem resposta, solicitando esse tipo de serviço, como é que faz, o meu filho mais velho é autista por ter seletividade alimentar e não ter sido tratado da forma que teria que ser pela terapeuta ocupacional e a fono com especialização atrofiou o esôfago dele, ele vai ter que fazer uma cirurgia de reconstrução de esôfago, inclusive que está na fila de espera, foi pedido com urgência, está parado na Secretaria de Saúde, entendeu? A complexidade da situação, que gera uma falta de atendimento especializado. Então assim, concluo o meu raciocínio aqui, então espero que vocês melhorem no atendimento e não falem que lá é atendimento especializado para a autista porque não é.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Olha, pela, pela ordem na lista, é a Sara que vai falar agora tá? Já? Quem é a próxima, Alessandra? Já falou? Então o senhor Miguel, o senhor pode se inscrever na lista aí, passar o nome para a nossa assessora por gentileza?

Miguel: Já que estão falando de CAPS, vou falar um pouco do CAPS II. Paulo, nós tivemos informações da diminuição de atendimento dos intensivos no CAPS II e que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

essa ordem veio de BH. O Conselho tem um PTS do plano de trabalho singular dizendo que a diminuição foi por falta de transporte e não porque o paciente estava bem. Ficava, o dia, ficava todos os dias agora fica só de manhã. Alguém sabe responder isso aí, do CAPS II?

Representante Paulo Henrique Régis: Não houve uma ordem de BH, absolutamente, ocorre que, assim que assumimos o projeto, foi feito todo um diagnóstico profissional e um entendimento dos pacientes que de fato poderiam ou deveriam estar lá todo dia, ou não todo dia para que também pudesse abrir oportunidade para novos pacientes e não procede a questão do transporte, em momento nenhum, tanto com a parceria com a secretaria e também depois após assumir o transporte, nunca faltou transporte para ninguém no CAPS II.

Miguel: Então não tem esse, a diminuição de carga horária do paciente, o que ficava o dia agora não está ficando mais, aqui segundo a anotação.

Representante Paulo Henrique Régis: Obviamente, após o diagnóstico daquele paciente se ele de fato precisaria estar lá, nós tínhamos pacientes que estavam lá já há quase uma década, então acho que vale a pena os profissionais do objeto fazerem a avaliação devida para reconduzir esse paciente para a sociedade e abrir porta para novos pacientes.

Roseli: A equipe que você diz reavaliou? Ela assim, tinha uma lista de espera então descobriu um santo para cobrir outro? Porque esses que ficaram em casa são graves e nós temos um documento PTS, descrição do paciente, ele ia todos os dias de forma intensiva e passou aí duas manhãs. Então assim, quando a gente faça a transição você se lembra de quantos pacientes a gente atendia lá no intensivo. Então não é assim, sabe? Aquele, meio assim, ficou aquele que tinha dez anos lá, nós trabalhamos com CAPS nove anos, aquele que estava lá nove anos, sete anos, vamos diminuir esse porque tem outros na lista de espera, eu acho que essa condução não é a melhor, a condução seria avaliar então os que estão na lista de espera e até ampliar o serviço se for o caso e não retirar aqueles que iam porque muitos já estão em crise e já teve muita internação também.

Representante Paulo Henrique Régis: O Roseli, as avaliações são feitas obviamente pelo corpo clínico e aí eu lhe pergunto uma coisa, quero que você seja muito sincera, você está afirmando que a ordem veio de BH?



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Roseli: Uma funcionária de dentro do serviço...

Representante Paulo Henrique Régis: Você está afirmando ou não?

Roseli: A funcionária de dentro do serviço disse que veio a ordem de BH para diminuir por falta do transporte e esse PTS está escrito, nós temos esse documento. Eu posso até te mostrar e falar qual, eu posso te falar qual é o paciente e posso te dar mais informações, não aqui.

Representante Paulo Henrique Régis: Perfeitamente, gostaria de ver, saber o nome da pessoa e me mostrar o documento ou o áudio ou a mensagem, ou a ligação de quem de BH que deu essa ordem, eu acho que é meio leviano isso aí, não aconteceu. Não, ter um documento que está diminuindo o atendimento devido a novas avaliações é uma coisa, afirmar que houve uma ordem de BH para baixar o número é totalmente diferente

Roseli: Isso, eu falo para você depois e te informo então.

Miguel: Tá bom, eu encerro também por aqui, eu só quero falar uma coisinha para vocês, infelizmente a gente está passando uma situação difícil pelo CAPS Avante, pela Avante Social, eu estou sentindo que nós estamos acabando o contrato, nós estamos quase, mais de sete meses já, ainda não acertaram esse Avante, não acertaram esse serviço. Eu estou sentindo que os nossos seis milhões vai indo embora aos poucos, espero que os próprios vereadores, as pessoas, a Joelma, trabalhar em cima disso, porque até agora é a mesma conversa "estamos acertando, estamos ajeitando estamos arrumando, estou arrumando", e nada de chegar num acordo. Você vê que chegou agora ou CNPJ. Sete meses depois você não acha que não foi uma falha lá atrás?

Representante Paulo Henrique Régis: Não, uma questão municipal.

Miguel: Então é... Tudo é questão de esperar, você vê que vocês não chegaram num acordo ainda, sete meses...

Representante Paulo Henrique Régis: inclusive...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: E tudo isso acontecendo às vésperas da audiência pública, né?

Miguel: Exatamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Representante Paulo Henrique Régis: Vale...É um protocolo que já vem correndo, isso não foi feito a toque de caixa, mas eu acho que até dar uma palavra singela aqui, desculpa, eu não sei seu nome.

Miguel: Miguel

Representante Paulo Henrique Régis: Miguel, senhor Miguel, eu acho que vale até você está com a palavra, mas dividindo com todos, o instituto avante, ele emprega 96 pessoas aqui no município de Mogi Mirim, então a gente emprega 96 famílias, das quais justamente são munícipes iguais a vocês.

Miguel: Não, mas isso não vem ao caso do contrato de seis milhões, aí tudo bem, o que eu tô falando é o serviço... que praticamente não tá sendo implantado praticamente, tem muita falha, falha de contrato, falha de gestão, falha, que hoje a prefeitura praticamente tá trabalhando para vocês.

Representante Paulo Henrique Régis: Voltar a parte financeira. Prestamos contas mensalmente trimestralmente tem prestação de contas anual, o tribunal de contas audita todas essas prestações...Então, mais uma vez...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Vocês só não estão prestando serviço de qualidade para quem é o tomador de serviço, só isso.

Representante Paulo Henrique Régis: O senhor está convidado a ir nos quatro serviços, inclusive eu posso acompanhá-lo.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu estive nesses locais e infelizmente eu recebi reclamação até dos funcionários com relação à comida que vocês estão entregando para eles...

Representante Paulo Henrique Régis: Mais uma vez reforço e lhe faço o convite para junto irmos visitar os...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: E eu só, eu vou colocar um áudio aqui para o senhor escutar, eu não estou...

Miguel: Mas tá bom, fica assim então, vamos aguardar o próximo capítulo.

Áudio: Você não consegue transporte de novo para o CAPS, está uma judiação que as pessoas que moram aqui na Vila Dias, até lá na Expedito Quartieri, tá no final da Expedito Quartieri, tudo tão indo a pé, não tem mais transporte no CAPS, eu tenho que levar minha prima, até escolhi, ela ia todo dia, mas não tem condição da gente ficar levando todo dia. Aí eu levo segunda, quarta e sexta ela lá no CAPS. A minha outra



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prima também, só que eu não lembro aonde ela mora, também vai a pé. Então vê se o senhor consegue para a gente transporte no CAPS, que está uma judiação.

Vereadora Joelma Franco: É uma realidade, é uma realidade.

Áudio: Eles têm um carro lá no CAPS e levam algumas pessoas lá, vai buscar, vai levar, acho que as mais, que não tem mesmo condições, aí vão buscar, mas é muito pouco, o carro, é um carro e a prefeitura tirou o transporte porque venceu a validade da prestação do serviço.

Vereadora Joelma Franco: Sim

Áudio: Então se o senhor conseguir de novo essa van para ir buscar, beleza porque quando era da parte, quando não era terceirizada, quando fazia a parte a APAE, tinha certinha, tinha certinho o transporte, agora está só por Deus, está uma palhaçada, vamos dizer né? Tá bom, muito obrigada, boa noite seu Gaúcho.

Representante Paulo Henrique Régis: Senhor Magalhães...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Olha, deixa eu só falar uma coisa para o senhor, vocês não estão cumprindo contrato. Eu falei psicopedagoga no início aqui até ficaram bravo comigo porque é importantíssimo, quem fez a licitação desse, ou chamamento, licitação desse contrato que está aqui foi muito negligente, fez o negócio de uma maneira totalmente assim errada. Por quê? É importante ter uma psicopedagoga atuando em conjunto com os professores porque eu tenho um filho que é autista, pessoal pode até entrar na internet e descer o pau em mim que eu não tenho medo tá? Eu não tenho medo mesmo, eu enfrento e sou responsável pelas coisas que eu falo aqui. Meu filho, por exemplo ele tem uma dificuldade numa determinada situação que é a fala e a professora fala assim "olha psicopedagoga você precisa fazer um trabalho com o Olavo para ele tentar corrigir isso aqui". E ela faz as terapias, a TO, a psicopedagoga faz as terapias para ajustar ele lá na escola. Vocês não têm isso, eu sei que não tem, outra coisa, não está tendo transporte, vocês estão descumprindo contrato, não está tendo, a gente sabe que não está tendo e não somos nós somos a população que está falando, outra coisa, vocês não têm os profissionais lá e vocês fizeram a prefeitura errou muito, a administração errou muito quando ela misturou tudo dentro do CAPS, autista e outras especialidades. Até pessoal da Fundação Casa vem lá dentro dos outros CAPS, o que é um absurdo, tudo tem que ter separação....



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 44.24
Folha Nº 86

Vereadora Joelma Franco: Magalhães, sou eu Joelma, eu só queria fazer um apontamento...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Deixa eu terminar aqui aí você pode falar à vontade, vereadora. Então eu estou sabendo que está sendo feito a licitação para a locação de veículos, mais veículos para a saúde de Mogi Mirim e não tem necessidade porque vocês são responsáveis por fornecer o transporte e não estão fornecendo, tá? A senhora Clara que é a secretária de saúde que armou todo esse esquema com o contrato do Avante que é uma empresa de terceirização na realidade, porque quando você terceiriza qual que é a tua intenção? Na maioria das vezes não é qualidade, não é qualidade, eu trabalho com isso há 28 anos irmão, 28 anos, é para redução de custo. E o que acaba acontecendo? Vocês vivem do quê? Vento? Não, vocês têm que ter lucratividade. Então vocês estão fazendo isso, oferecendo uma comida ruim pro funcionário de vocês que eles reclamaram para mim, lá na casa de passagem. Os moradores lá do, da instituição aonde vocês estão administrando também os idosos lá, vieram reclamar que vocês estão fazendo uma confusão lá com pessoas idosas lá dentro, tira a pessoa de uma casa coloca na outra, muda, fica mudando e eles reclamando. Nós recebemos eles aqui. E outra coisa... Todo o poder emana do povo, o senhor prefeito já devia ter entendido que se a população, as mães de autistas, as pessoas não estão contentes elas têm o direito de querer mudar, elas não estão pedindo nada aqui que seja errado e o argumento do senhor de falar que lá trabalha 90 pessoas 9 pessoas...20 pessoas

Representante Paulo Henrique Régis: Município, não lá, no município.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: No município, para mim isso daí, porque eu sempre fui a favor de montar o CEMAE porque o CEMAE tem espaço, ele tem lá mais de 3000 metros quadrados de área. O dia que eu fui visitar lá tinha sala vazia lá dentro. A prefeitura administrativamente poderia ter montado uma equipe, já tinha até bastante pessoas lá na equipe, mas não, resolveu fazer essa terceirização burra que só está dando problema e mais problema. Outra coisa também que eu quero falar, eu não estou entendendo, tá gente? Sem medo de ser feliz aqui, eu estou pagando 750 paus do laudo para a autista. Por que está esse valor? Exorbitante aqui para o município? 1600 1800 reais? Hã? A pergunta é essa vereadora, por que que para o município o laudo custa muito mais caro? É esse monte de criança, mães ligando a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todo o tempo me pedindo para ajudar para laudar a criança. Arruma, mandamos orçamento impositivo, peraí, tem alguma coisa errada nessa história aí, não tem não? Está faltando coragem para alguém para colocar a coisa à luz? Não está não? Mas eu digo assim aqui está ó, você ouviu o áudio, os moradores não estão satisfeitos com o transporte, vocês não estão fornecendo transporte.

Representante Paulo Henrique Régis: Eu acho que por um áudio isolado a gente não pode generalizar isso, sim eu estou afirmando a você senhor Magalhães, nós estamos fazendo transporte.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ontem, ontem quando eu tive lá no CAPS tinha uma pessoa sentada reclamando...

Vereador Marcos Gaúcho: Me perdoe, mas eu não aguento, eu trabalho no transporte, misericórdia, tá uma porcaria, desculpa, eu tenho que ir embora.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu vi lá ontem, tinha sentado lá no CAPS uma pessoa lá reclamando do atendimento. Eu acho que a prefeitura tem que chamar esse trabalho para ela para ter funcionário de carreira trabalhando lá, pessoas atendendo 20, o expediente todo, as mães não ficam sabendo quando faltam os profissionais lá, tá? Vocês não estão conversando com as mães e eu praticamente, eu desaprovo totalmente esse tipo de serviço de vocês tá, da forma que tá sendo feito, tá?

Representante Paulo Henrique Régis: um fato isolado.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Então, Joelma, pode falar, fica à vontade.

Vereadora Joelma Franco: O senhor Fábio, o senhor falou assim que aos fins a Avante está com as contas todas certinhas, correto? É isso?

Representante Paulo Henrique Régis: Pois não? Aos fins...Ao fim do contrato...

Vereadora Joelma Franco: Não, a prestação de contas da Avante está correta é isso?

Representante Paulo Henrique Régis: A prestação de contas da avante mensal trimestral e anual estão em dia. Existem alguns poucos apontamentos da anual devido ao período que já estão sendo sanados juntamente com a secretaria, ou seja, enviando os apontamentos.

Vereadora Joelma Franco: Eu vou falar qual que é esse pouco, senhor Fábio...

Representante Paulo Henrique Régis: É Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Joelma Franco: Para o senhor Paulo, o senhor é funcionário, às vezes né responde para quem não deveria estar mais sentado aí, foram constatadas irregularidades sim na prestação de contas da Avante e segundo ofício encaminhado pela própria Secretaria de Saúde aponta três transferências não identificadas. Sabe no importe de quanto?

Representante Paulo Henrique Régis: Sei.

Vereadora Joelma Franco: Fala para mim então.

Representante Paulo Henrique Régis: Seu vídeo, no aporte de aproximadamente um milhão o qual identificamos e imediatamente foi devolvido na mesma competência.

Vereadora Joelma Franco: E o senhor, e o senhor, o senhor sabe muito bem que existe um contrato, existe uma instrução normativa do Tribunal de Contas, que isso nunca poderia ter acontecido, por que que o senhor executou desta forma?

Representante Paulo Henrique Régis: Mostro o apontamento e a resposta, foi resolvido na mesma competência.

Vereadora Joelma Franco: Artigo 134, parágrafo único da resolução 51 do Tribunal de Contas, você quer que eu leia para o senhor? Eu faço questão: "Proibir que as OS redistribua entre eventuais outras entidades gerenciadas o recurso que a ela é repassado". Tá aqui? É, sério né? É muito sério. Mas não é só isso sério, sabe o que é o pior de tudo isso? Ainda nessa decisão é o fato de serem constatadas prestações de contas e rubricas de divergência, medicamento não ocorreu o gasto mensal, materiais e medicamentos, gasto muito inferior ao valor mensal, materiais diversos gasto muito inferior ao valor mensal, seguros, impostos... não ocorreu gastos, despesas administrativas gasto muito inferior ao valor mensal, investimentos gasto muito inferior ao valor mensal, prestação de serviços médicos, gasto inferior ao valor mensal. Com todo respeito eu posso pedir uma gentileza para o senhor? Precisa rescindir o contrato imediatamente. Eu não estou fazendo demagogia, vocês vieram aqui, foi pago um serviço de 6 milhões de reais, você sabe o que é mais do que isso? Vocês estão espalhando situações que estão prejudicando todo mundo. Quando a gente pega isso que o senhor não sabe responder, que é uma vergonha você, com tantos anos de experiências porque no seu cartão de CNPJ você diz que vocês estão desde 2000 existentes, desde o ano de 2000, vocês não estarem vendo um contrato do município ou vocês estão querendo passar a perna no município porque não tem justificativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Olha eu vou falar mais, você sabe mais uma que aconteceu de vocês? A Avante Social, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente publicou sim no diário um termo de ajustamento de conduta, sabe por quê? Porque vocês também tão irregulares, sabe por quê? Eu vou dizer, passou um PL recentemente aqui nessa casa que está sendo analisado dessa semana para cá e que vocês há quase um ano, o município cedeu um carro para vocês e vocês não cumprem a obrigação do seguro.

Cristina Pulz: Joelma, não...

Vereadora Joelma Franco: Parado na garagem. Deixa ele falar, prejudicando as pessoas. E não é só isso, eu tenho mais ações...

Representante Paulo Henrique Régis: Não existe um ataque estabelecido. Você está afirmando algo que não existe um ataque estabelecido

Vereadora Joelma Franco: Então o senhor vai pagar o seguro? Você vai pagar o seguro? O carro está parado há nove meses. Você vai pagar o seguro?

Representante Paulo Henrique Régis: A questão do seguro a Cristina pode explicar que é uma questão diferente.

Vereadora Joelma Franco: Isso é prejuízo. E quer mais saber de uma coisa? Por que que até hoje não foi colocado a placa no CAPS AD? Vocês estão com vergonha de colocar essa placa com o logo de vocês? Agora?

Representante Paulo Henrique Régis: Agora não, desde o início.

Vereadora Joelma Franco: Ah, desde o início quando?

Representante Paulo Henrique Régis: Eu acho que você não passou no CAPS AD.

Vereadora Joelma Franco: Então vocês estão falando que conselho da saúde é mentiroso? Um órgão constituído pelo município?

Representante Paulo Henrique Régis: Olha a placa do CAPS AD.

Vereadora Joelma Franco: Gente, alguém está mentindo, isso aqui está virando caso de polícia novamente nessa cidade,

Representante Paulo Henrique Régis: Não, a placa está lá

Vereadora Joelma Franco: Ou o prefeito Paulo Silva se posiciona ou tem que ir na porta do gabinete pedir a rescisão do contrato de vocês. Não é política, é serviço. Chegou um ponto que não dá mais, não, Cris, eu respeito você para caramba...

Cristina Pulz: Eu sei meu amor, mas assim...

Vereadora Joelma Franco: Não é uma situação enfática...



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cristina Pulz: Não, não, não, não. Eu concordo.

Vereadora Joelma Franco: É a prestação de contas, é o fato da fisio, é quase doze meses um contrato com uma empresa como essa...

Representante Paulo Henrique Régis: Direito de resposta

Cristina Pulz: Joelma, eu concordo que, e entendo a sua indignação, mas tem algumas coisas que a gente precisa pontuar, com relação ao TAC do CMDCA, é uma coisa o que a gente veio dialogar na Comissão por conta do carro, uma outra coisa é a questão do TAC, este TAC não existe ainda porque o que saiu de...

Vereadora Joelma Franco: Vai ser confeccionado, tá escrito lá, isso é indício do que amiga?

Cristina Pulz: Escuta, Joelma, isso que saiu, escuta, o que é, aquela deliberação é porque houve uma transição entre a presidência do CMDC, uma composição para a outra. Para que as comissões continuassem trabalhando se fez uma publicação com todos os deveres de cada comissão. Aquele TAC foi feito porque está faltando o AVCB no acolhimento. Que que o Conselho, que eu sei... Que que o Conselho Municipal entendeu, que era preferível fazer um TAC porque já tem o Alvará, já tem o Alvará provisório, a entidade deu entrada nos protocolos de vigilância sanitária e dos bombeiros. Para que a entidade pudesse ter cadeira porque a sociedade civil precisa participar dos Conselhos se antecipou a certificação provisória e vai se construir um TAC junto com a entidade para que no X de tempo que o CMDCA vai combinar a quantidade seja entregues os AVCB's. Isso é o TAC. Uma outra coisa é a situação do carro. Quando a gente veio aqui propor na câmara de fazer a concessão para o carro, a gente não imaginava que a gente, que não houvesse seguradoras para que as seguradoras não aceitassem fazer o seguro do carro com uma titularidade diferente. Então o que que a gente veio propor para a gente. O que a gente veio dialogar é que a gente assumisse esse seguro e o que se propôs aqui na casa, o que estava junto era de como fazer esse desconto da Avante para que ela pague porque aí a gente fica, ou faz a doação ou continua com a concessão, então são coisas... O TAC do CMDCA é uma coisa e o que a gente veio dialogar na quarta-feira é outra. O que a gente vai discutir e eu fiquei de conversar junto com o jurídico foi de como manter o carro na titularidade da prefeitura que é o que eu acho que tem que acontecer e como faz esse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desconto no plano de trabalho da Avante para poder fazer o seguro do carro. Então, são coisas diferentes. É só isso que eu queria esclarecer para você, Joelma, só.

Vereadora Joelma Franco: O Cris, a gente só fala o seguinte: cada contrato tem 12 meses, é só quando terminar o contrato que vai estar tudo finalizado, aí já se perdeu, o prejuízo já foi feito, nós estamos ganhando, gastando mais de 6 milhões de reais, não é presente de graça, eles não tão aqui de graça, entendeu? Não tem jeito, é muito prejuízo, é prejuízo para a rede, eles desfalcam a nossa rede, eles desfalcam o serviço para as crianças, eles desfalcam o serviço para as pessoas que precisam de algum cuidado. Eles desfalcam o serviço para as pessoas que precisam de salvo de mental no município, então com todo o respeito, são vários, vários itens que a gente tem que criar coragem e se posicionar, só penso desta forma, com todo o respeito.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu quero passar a palavra agora para a Angélica Augusta. Pode falar a Angélica fica vontade. E avisar que nós estamos finalizando a audiência pública porque nós temos o prazo regimental e o horário regimental.

Angélica Augusta: Boa noite a todos. Eu sou uma mãe atípica e assim, o que eu venho vendo na cidade, uma falta de respeito muito grande com a gente, a gente não está aqui para caçar briga com ninguém, a gente está aqui para lutar pelos direitos dos nossos filhos porque a gente pensa neles, no futuro deles, no que vai ser daqui para a frente. Então assim, o que eu vejo, muita ladainha, não é a primeira vez que eu venho numa audiência pública que tem sobre o assunto e assim essa é a última que eu venho e eu vou falar aqui o que eu tenho para falar que eu sou bem sincera. Eu frequento o CAPS IJ, admiro o pessoal que trabalha lá, me receberam muito bem, não tenho que reclamar, só que assim, não é um trabalho especializado para autista, entendeu? Então assim, eu acho que já deu que tinha que dar na cidade de Mogi Mirim, eu acho que vocês têm que se reunir e ver como que a gente vai ficar, como que essas crianças vão ficar? Resolver isso daí. Fazer um centro especializado, colocar pessoas especializadas que é o que a gente está precisando. A gente vir aqui, ficar nesse debate de valores não vai mudar em nada na nossa vida, entendeu? Então eu já vi que virou uma bagunça, virou uma guerra política um mimimi daqui um mimimi dali isso daí está muito feio gente, isso aqui é uma coisa que vai ao vivo todo mundo ver, eu tenho uma conta no tik tok, que eu tenho quase três mil seguidores, eu falo sobre a minha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

luta de mãe autista, tudo que eu passo eu coloco lá, então assim muita gente vê, eu compartilho muito e aí eles falam “teve audiência o que foi resolvido? Nada?”. Como da outra vez a gente veio aqui, falamos, colocamos tudo que precisava e o que que adiantou? Nada. Outra audiência. O que que foi resolvido? Nada. Então assim para quem continuar? Essa encenação toda. Todo mundo aqui está perdendo o tempo, eu acredito nisso, porque eu estou cansada de lutar nessa cidade. Esses dias eu tive uma falta de respeito muito grande no UPA, assim, não me deram prioridade, atendimento prioritário para o meu filho, negaram, entendeu? É, esperou ele me agredir, me morder, me machucar todinha para me atender. Então assim, a gente, quando vocês vêm a gente gritando, dando escândalo é porque a gente já está cansada, entendeu? Não é porque a gente quer fazer ceninha não, não é porque a gente quer se mostrar, é porque a gente está revoltada de vir conversar numa boa e nada ser acontecido, nada ser resolvido e a gente ficar na mesma, na mesma, entendeu? O tratamento do CAPS que o meu filho vai, ele faz com a Jaqueline, né, que é a psicóloga dele, a TO que é a Flávia, né? Se não me engano, é Flávia o nome dela né? Ele vai, ele está indo lá frequentando, mas assim é uma coisa que não está ajudando no tratamento dele. Eu vou porque eu não tenho condições de pagar uma coisa paga. Eu agradeço pelo pouco de horas que ele fica ali, o pouco do atendimento que ele tem ali, mas assim é uma coisa que não está ajudando, esses dias eu conversei com a Jaque, falei “Jaque, o Lô de vez melhorar ele está piorando”, eu não sei o que fazer. O Lolô ele está sem escola, ele não está frequentando a escola porque eu não consigo colocar ele na escola, entendeu? Porque não tem professor de apoio especializado. Ele teve uma crise, a professora não era especializada, fez o menino pegar trauma, não consigo levar na escola. Então a gente está com problema em todo lugar, educação e saúde. E a gente vem, tenta conversar, fala “está acontecendo isso e isso” e nada muda, nada acontece, entendeu? E assim, eu como mãe, frequento lá o CAPS IJ, admiro o pessoal que trabalha lá porque as vezes as meninas tentam fazer de tudo para a gente. Eu reconheço os esforços delas, mas assim, não é uma coisa que está fazendo melhora para o meu filho e eu como mãe eu tenho que lutar pelo direito dele pela melhora dele. Então assim, muitas das vezes as pessoas questionam, fala da gente está atacando, não, a gente não está atacando, sabe, a gente simplesmente quer resolver o nosso problema porque eu não sei o dia de amanhã, eu não sei como o meu filho vai



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fazer, ele vai fazer 5 anos, não consegue frequentar a creche, escola, então se a gente vê tudo isso, ele não come sozinho, começou a desenvolver a fala faz pouco tempo, graças a Deus a fala ainda ele está indo bem, então é complicado, a gente sofre muita crítica, muita crítica, muito preconceito. A gente vai no mercado, a pessoa fala do nosso filho, a gente vai na farmácia a pessoa fala do nosso filho, sabe, é dolorido para a gente, é sofrido, sabe? E assim, então é isso, a gente quer que vocês resolvam o nosso problema, entendeu? Não adianta ficar nesse debate, se vocês não conseguem dar esse atendimento prioritário, vamos resolver, larga mão de CAPS, porque CAPS não é lugar para autista gente, não é. Os autistas precisam de um centro especializado, precisa de gente que entende, entendeu? Eu falo porque eu estou indo lá, eu não falto umas consultas de lá, e eu não vi melhora no meu filho, não estou reclamando dos profissionais de lá, não porque as meninas me atendem super bem, mas o que eu quero dizer aqui é sobre isso, resultado não está chegando, eu não estou vendo meu filho melhorar, entendeu? Então é isso, é isso que eu queria falar, é um desabafo, e é isso.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ô Angélica, nós estamos com o nosso tempo regimental já estourado, eu quero te dizer simplesmente algumas palavras que eu acho que é importante, a casa legislativa eu vejo que nós estamos realmente tentando fazer tudo que pode tanto é que a gente está marcando audiências repetitivas aqui na casa, uma após a outra porque nós queremos que seja resolvido esse problema. Não é o vereador que está com a caneta na mão para falar assim “está rescindido esse contrato”. Nós analisamos aqui a documentação e a gente vê todos os pontos, inclusive o que que acontece, por exemplo, eu tenho um projeto de lei aqui, eu, o Alexandre Cintra e o Marcos Gaúcho para criar o centro de apoio ao autista em Mogi Mirim. Até agora esse projeto está engavetado na comissão de justiça e redação e eles não saem por qual motivo? Por causa disso. Então nós estamos tendo a coragem de provocar a situação. Eu tenho dado palestra em outras câmaras municipais e eu tenho observado que essas cidades também estão com um problema nesse sentido. O problema aqui em Mogi Mirim é enorme, você não faz ideia em Jaguariúna o que as mães estão sofrendo a ponto de criança desaparecer e aparecer na beira do rio. Vereadores me ligando “ô Magalhães o que que você está fazendo que você está conseguindo fazer tanto projeto para a autista?”. Então o que eu digo para você, não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

somos nós que estão com caneta, vereador fiscaliza, legisla, apresenta requerimento e indicações aqui na casa. Então nós estamos aqui utilizando de um meio que é a audiência pública para chegar algum lugar. Eu acho que o prefeito tem que entender que a população está insatisfeita com a prestação de serviço da Avante. Quem vai assinar a rescisão do contrato é eles, o departamento de saúde. Eu colocar aqui no vídeo, alvo da operação da Polícia Federal é Instituto Nacional de Ciência de Saúde que administra a Santa Casa. Eu estou colocando preliminarmente aqui hoje, pedindo um requerimento com uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a saúde, está entendendo? Porque existe muita coisa errada que está acontecendo e a gente que é vereador, a gente escuta a população chamando, pedindo as coisas para a gente. Então eu entendo a sua insatisfação, mas eu não consigo entender se existe outro caminho.

Angélica Augusta: É porque assim, eu tive presente nas outras audiências e é sempre aquela "tal fulano faltou, tal ciclano não foi", chega na hora não tem resposta, então fica aquele joguinho, um joga pra lá, outro joga para cá, daqui a pouco, teve essa audiência, algumas coisas eles não souberam responder, aí joga para outra audiência, chega um outro pessoal, outro pessoal pra responder "ai, eu não tava aqui, eu não sei", e joga, e assim vira, né. E nunca a gente chega num resultado que a gente precisa.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Mas pode ter certeza que vai ter um resultado, entendeu? E você veja bem como as coisas são. Você observou que o representante da Avante tentou jogar nas nossas costas que lá empregam um monte de gente e que se nós tirarmos a Avante nós somos responsáveis pela demissão dessas pessoas? Ele não, ele não...

Representante Paulo Henrique Régis: Não gostaria que o senhor colocasse palavras da minha boca, eu disse que o instituto avante emprega 96 pessoas, só isso.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: O que que o senhor falou, que trabalha 90 pessoas lá. Isso querendo ou não é uma ameaça.

Representante Paulo Henrique Régis: Não, você está pondo palavras na minha boca e eu não lhe dou esse direito, não fiz isso.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Não, querendo ou não isso é uma ameaça. E é o seguinte, nós temos que ver se o serviço, a qualidade está atendendo sabe por quê? Eu vi os progressos que meu filho teve nesses 12 anos sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acompanhado por uma psicopedagoga por uma fonoaudióloga, por um neuro, eu vi o que o meu filho avançou em função de toda a equipe multidisciplinar que atendeu ele. Então eu entendo realmente porque elas, as mães, esse tempo que está sendo perdido vai ser irrecuperável na vida das crianças, vai ser irrecuperável. Eu conheço meninos que estão, eu conheço um menino autista que está de engenheiro dentro da Bosch e por um serviço mal aplicado está prejudicando eles, entendeu? Esse é o grande problema. Então olha, aqui é o lugar onde a gente tem que discutir as demandas da população da nossa cidade. Eu quero agradecer a todo mundo que teve presente aqui e torço pra que realmente o senhor prefeito faça a rescisão desse contrato porque é a voz do povo que ele tem que ouvir, a voz do povo é a voz de Deus, muito obrigado.

Vereador Ademir Floretti Jr.: ô presidente, Só pra... presidente gostaria só de fazer a minha pergunta aqui, é rapidinho. Bom, no dia 11 de maio eu recebi uma reclamação de um usuário do CAPS AD ali da Padre Roque falando sobre a dificuldade que ele estava tendo de fazer a marcação do seu retorno para passar com o médico por falta de pagamento, aliás por falta de internet e telefone. Ele mora na região norte lá no fim da região norte, saía de lá, vinha para o CAPS, não conseguia marcar. No mesmo dia eu estive lá na unidade da Padre Roque né, o CAPS AD, verifiquei a situação, me foi relatado o que estava acontecendo, eu falei com uma moça que eu não me lembro o nome por telefone e ela me disse que havia dificuldade porque a maneira que vocês fazem o pagamento é diferente do tradicional que seria simplesmente imprimir o boleto e pagar. E aí ela disse que houve esse atraso, aí houve conseqüentemente o corte da internet. Ela reforçou comigo que não havia o prejuízo no atendimento da pessoa que chegasse lá necessitado. Eu entendi isso, mas o que eu estava querendo dizer é que o paciente me relatou que ele não conseguia marcar uma nova consulta porque a moça não tinha acesso a via internet, não tinha acesso à agenda do médico, do profissional, como a gente vê na própria unidade básica de saúde se a pessoa não tiver acesso à agenda do médico não tem como fazer uma marcação de consulta. E aí mediante essa situação ela me garantiu, falei com o pessoal da saúde e eles garantiram que o serviço voltaria à atividade. Agora quando a moça representante esteve aqui que foi convocada representante, não sei se vocês estavam aqui Paulo, estava? Como que chama a moça que eu esqueci? Gisele? A Gisele, eu fiz uma seguinte, a seguinte pergunta para ela que nota que ela daria para o serviço de vocês, né? Eu não sei se você lembra,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Paulo. E ela disse a nota 7. E numa outra seção posterior a presença de vocês e aí esse ocorrido eu disse aqui que eu daria a nota de 3,5 a 4 para o serviço de vocês, porque é inaceitável Paulo e Solange, acontecer isso que aconteceu, não pode acontecer porque qualquer empresa e qualquer residência a gente prioriza o pagamento, não estou dizendo, falta de pagamento por falta de dinheiro, não estou dizendo isso, estou dizendo que houve falta por uma inabilidade na forma de pagamento e isso, de uma certa forma, impactou no atendimento das pessoas, dos pacientes. Então essa é a nota que eu daria para o serviço de vocês e faria duas perguntas, isso vai acontecer novamente? Segunda, vocês acham que aquele prédio que está instalado o CAPS AD é o prédio adequado para os serviços e a localização dele é adequada para isso? São duas perguntas

Representante Paulo Henrique Régis: Sobre a questão do pagamento do boleto, de fato até mesmo para a gente ter uma prestação de contas mais clara e mais assertiva, o processo de pagamento passa por algumas aprovações e aí ao relato, perdão, ao relato que você fez nós temos duas situações, a primeira de fato foi um lapso temporal que não pagou e cortou, e o segundo foi, de fato o pagamento ocorreu, mas era uma questão na operadora, e sua segunda pergunta, me perdoe? Ah sim, o prédio ele foi selecionado, de fato no município, é notório uma dificuldade de se encontrar um imóvel e até mesmo loca-lo e quando encontramos esse imóvel nós apresentamos para secretaria de saúde o qual foi aprovada, então de fato posso afirmar para você que nós, sim, acreditamos que ele funciona.

Vereador Ademir Floretti Jr.: Perfeito. Perfeito, seu presidente, muito obrigado.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Bom, encerramos então a audiência pública, um boa noite para todos.

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 13 de junho de 2024.


VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)
REPUBLICANOS

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que nesta data foram arquivados estes autos, tendo sido autenticados sob nº 45 e com rubrica _____ de meu uso na última folha desse processo.

Secretaria da Câmara Municipal de Mogi Mirim,

23 de Julho de 2024

Secretário (a)